

SUELI APARECIDA DE SOUZA



**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO DISTRITO DE GARDÊNIA,
MUNICÍPIO DE RANCHARIA – SP.**

Presidente Prudente, 2012

SUELI APARECIDA DE SOUZA

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO DISTRITO DE GARDÊNIA,
MUNICÍPIO DE RANCHARIA – SP.**

Monografia apresentada para conclusão do Curso de Bacharelado em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), sob orientação do Prof^o. Dr^o Everaldo Santos Melazzo (Departamento de Geografia)

Presidente Prudente/SP

2012

SUELI APARECIDA DE SOUZA

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO DISTRITO DE GARDÊNIA,
MUNICÍPIO DE RANCHARIA – SP.**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo
Departamento de Geografia, FCT/Unesp/PP

Profa. Dra. Claudemira Ito
Departamento de Geografia, FCT/Unesp/PP

Profa. Dra. Rosangela Aparecida Medeiros Hespanhol
Departamento de Geografia, FCT/Unesp/PP

Presidente Prudente 14 de novembro de 2012

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Geraldina e Teotônio

que com humildade, amor, carinho e compreensão foram o alicerce durante essa etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Posso dizer que este foi o primeiro passo e, mesmo o sentindo mínimo frente à caminhada rumo ao conhecimento, valeu a pena cada momento. Muitas foram as pessoas que contribuíram para esse aprendizado e às quais quero imensamente agradecer:

A Deus, pelo conforto espiritual, impossível no plano material.

Ao Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo, que com sua marcante paciência acreditou em minha capacidade até quando eu mesmo titubeava. Suas orientações para mim foram permeadas por autênticas mediações imprescindíveis na elaboração desse trabalho e das quais sempre recordarei.

A todos colegas do Curso de Geografia da Unesp de Presidente Prudente, pelo companheirismo e troca de experiências na caminhada e, em especial, às amigas Thiciany, Juliane Ribeiro e Renata Prates pela acolhida sempre que precisei e à Janaina que sempre está ao meu lado quando preciso.

A todos os professores e funcionários da FCT Unesp, que de certa forma fizeram parte do meu processo de crescimento e contribuíram com a minha formação.

Aos funcionários do IBGE - setor de Paraguaçu Paulista, que prontamente me orientaram nas pesquisas nos banco de dados.

À toda a população do Distrito de Gardênia, fundamental no desenvolvimento desse trabalho, que com orgulho cooperaram, orientando e informando sobre a localização de pessoas, lugares, documentos e registros fotográficos, em especial às famílias: Bueno, Souza, Mantai, Danelon, Melchior, Pereira, Knust e Lima e Silva.

Aos descendentes de pioneiros Liduvina Knust (in memória), Pedro Carlos de Souza, Maria Aparecida Gonçalves e Maria Ferreira Camargo fonte de sabedoria e simplicidade, com as quais tive o prazer de ouvir longos relatos históricos que pessoalmente me enriqueceram e serviram de base para a elaboração e desenvolvimento desse trabalho.

À toda equipe da escola EMEFEI “Carlos Bueno de Toledo” que, direta ou indiretamente, contribuíram na organização dos registros fotográficos e documentos, em especial às companheiras e amigas de profissão Helena e Maria Aparecida, que sempre estão dispostas a ouvir minhas inquietações, dúvidas e que me aconselham.

À professora Maria José dos Santos e à aluna Mariana Pasinato pela disposição na ajuda com a elaboração das tabelas.

À professora Sueli de Souza Coletto Correa por dividir comigo um pouco da sua experiência e conhecimento acerca de algumas especificidades do Distrito de Gardênia.

À Sr^a Walkyria, da Secretaria de Planejamento de Rancharia, pela acolhida e contribuição de seus conhecimentos.

Ao Mateus, pela amizade e carinho que me fortalecem e me animam a prosseguir frente às diversas situações da vida.

RESUMO

Sabe-se que o processo de reestruturação capitalista implicou em transformações socioespaciais nas mais diversas escalas geográficas. Continuamente o espaço vem diversificando e redefinindo seus papéis, impulsionado, na maioria das vezes, por agentes externos. Neste trabalho analisa-se de que forma e intensidades estão se consolidando essas novas refuncionalizações no Distrito de Gardênia, Município de Rancharia - SP. O estudo traz alguns conceitos relativos a pequenas cidades que são fundamentais para a definição da área que é nosso objeto de estudo. Serão explicitadas algumas características do Distrito, como localização, histórico de atividades econômicas pretéritas em um recorte que abarca desde a década de 1950 até os dias atuais. A partir desse recorte serão também expostos e analisados os serviços (bens coletivos e privados) oferecidos à população com o objetivo de destacar a importância dos mesmos para melhor equidade social. As informações para a elaboração deste trabalho foram majoritariamente amparadas em relatos e registros históricos e contextualizados com bibliografia específica. No desenvolvimento do trabalho é retratado como o Distrito de Gardênia foi modificando suas atividades econômicas, seu espaço físico e como está se estruturando atualmente com a atividade turística. Há também a intenção de mostrar que, mesmo sendo o Distrito um núcleo urbano com funções urbanas simples, em seu conteúdo espacial está se consolidando processos complexos em suas mais variadas dimensões.

Palavras-chave: Pequenas cidades. Refuncionalizações. Turismo. Desigualdade. Distrito de Gardênia.

ABSTRACT

It is known that the process of capitalist restructuring resulted in socio-spatial transformations in various geographical scales. Space is continually diversifying and redefining their roles, driven mostly by external agents. This search analyzes how and intensities are consolidating these new refunctionalisation the District of Gardenia city of Rancharia-SP. The study brings some concepts in the definition of small town, which are fundamental to the definition of the area that is the object of our study. Some features are explained in the District, such as location, history of economic activities preterit in a record that cover the 1950s to the present day. From this record, it will be exposed and analyzed the services (private and collective goods) offered to the population in order to highlight their importance for better social equity. The information for your preparation of this work were supported mostly on reports and records historical and contextualized with specific bibliography. In developing the search is portrayed as the district Gardenia was modifying its economic activities, physical space and how it is currently being structured with tourist activity. There is also intended to show that even though the district with urban core urban functions simple in content space is consolidating complex processes in its various dimensions.

Keywords: Small towns. Refunctionalisation. Tourism. Inequality. District of Gardenia.

LISTAS DE SIGLAS

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CESP – Companhia Energética de São Paulo
CDHU- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
COCAL - Comércio Indústria Canaã Açúcar e Alcool Ltda.
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
DER- Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo
DIPAM - Declaração para o Índice de Participação dos Municípios
ESF- Estratégia da Saúde da Família dos Distritos
EMUBRA - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.
FRAN - Faculdade Ranchariense
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico
IPTU- Imposto Predial Territorial Urbano
ITR – Imposto Territorial Rural
PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PROÁLCOOL- Programa Nacional do Alcool
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SECTEL - Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer.
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SANBRA- Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
USELPA- Usinas Elétricas do Paranapanema

LISTA DE FIGURAS

	P.
FIGURA 1: Localização do Município de Rancharia e distritos (2011).....	18
FIGURA 2: Distrito de Gardênia - Croqui da área territorial (2011).....	19
FIGURA 3: Distrito de Gardênia - Pioneiro João Francisco Grillo e Joaquim Abel (194[...]).....	23
FIGURA 4: Distrito de Gardênia - Primeiras habitações (1940).....	25
FIGURA 5: Distrito de Gardênia - Avenida João Francisco Grillo (1939).....	26
FIGURA 6: Distrito de Gardênia - Escola Mista Rural do Bairro Capivari (1937).....	26
FIGURA 7: Distrito de Gardênia - Abertura do povoado de Capivari (193[...]).....	27
FIGURA 8: Distrito de Gardênia - Carroção utilizado no transporte de toras (1940).....	28
FIGURA 9: Distrito de Gardênia – Safra de algodão (1950).....	30
FIGURA 10: Distrito de Gardênia – Forno para torrar fubá (1950).....	31
FIGURA 11: Distrito de Gardênia – Máquina de beneficiar arroz (1945).....	32
FIGURA 12: Distrito de Gardênia – Safra de milho (1983).....	34
FIGURA 13: Distrito de Gardênia – Remanescentes da safra de algodão (1988).....	35
FIGURA 14: Distrito de Gardênia – Engatador de treminhão (2011).....	38
FIGURA 15: Distrito de Gardênia – Catadores de bitucas de cana – de – açúcar (2011).....	39
FIGURA 16: Distrito de Gardênia – Máquina carregadeira (2011).....	40
FIGURA 17: Distrito de Gardênia – Colheita de soja (2005).....	41
FIGURA 18: Distrito de Gardênia – Rio Capivari antes de ser represado (1960).....	44
FIGURA 19: Distrito de Gardênia – Condomínio I (2011).....	54
FIGURA 20: Distrito de Gardênia – Chácara destinada à segunda residência (2011).....	55
FIGURA 21: Distrito de Gardênia – Propaganda imobiliária (2011).....	56
FIGURA 22: Distrito de Gardênia – Área de segunda residência no meio rural (2011).....	58
FIGURA 23: Distrito de Gardênia – Condomínio Recanto Feliz (2011).....	58
FIGURA 24: Distrito de Gardênia – Estrada de acesso a Represa Capivara (2011).....	60
FIGURA 25: Distrito de Gardênia – Chácara de morador local (2011).....	61
FIGURA 26: Distrito de Gardênia – Loteamentos na parte urbana (2011).....	61
FIGURA 27: Distrito de Gardênia – Área de ocupação irregular (2011).....	63
FIGURA 28: Distrito de Gardênia – Condomínio Sossego (2011).....	64
FIGURA 29: Distrito de Gardênia – Condomínio IV (2011).....	65
FIGURA 30: Distrito de Gardênia – Pesqueiro Pelotinha (2011).....	70

FIGURA 31: Distrito de Gardênia – Pesqueiro Pelotinha – área de camping (2011).....	71
FIGURA 32: Distrito de Gardênia – Pesqueiro Javali – área de ranchos (2011).....	72
FIGURA 33: Distrito de Gardênia – Pesqueiro Sivuca – vista parcial da área de restaurante (2011).....	72
FIGURA 34: Distrito de Gardênia – Pesqueiro Rancho da Tulha – Vista parcial da área de quiosques (2011).....	73
FIGURA 35: Distrito de Gardênia – Pesqueiro Rancho da Tulha – hotel embargado pelo IBAMA (2011).....	74
FIGURA 36: Distrito de Gardênia – Pesqueiro Rancho das Corvinas – Área de desembarque e alugueis de barcos (2011).....	78
FIGURA 37: Distrito de Gardênia – Festa de São Sebastião – missa (2011).....	81
FIGURA 38: Distrito de Gardênia – Festa de São Benedito – procissão (2011).....	83
FIGURA 39: Distrito de Gardênia – Festa de Nossa Sra. Aparecida – procissão (2011).....	83
FIGURA 40: Distrito de Gardênia – Fest Peixe (2011).....	86
FIGURA 41: Distrito de Gardênia – Criação de gado (1971).....	88
FIGURA 42: Distrito de Gardênia – Festa do Tropeiro – Desfile representativo (2011).....	89
FIGURA 43: Distrito de Gardênia - Confraternização (2011).....	90
FIGURA 44: Distrito de Gardênia – Meios de transportes (1950).....	92
FIGURA 45: Distrito de Gardênia – Ônibus da linha Iepê/Gardênia/Alegria/Rancharia (1950).....	93
FIGURA 46: Distrito de Gardênia – Localização do extinto Posto Tronção (2011).....	95
FIGURA 47: Distrito de Gardênia – Bar Central (1952).....	98
FIGURA 48: Distrito de Gardênia – Pensão da década de 1950 – atualmente residência.....	99
FIGURA 49: Distrito de Gardênia – Laticínios (2011).....	101

LISTA DE TABELAS

	P.
TABELA 1: Distrito de Gardênia – Renda familiar por domicílio (2011).....	43
TABELA 2: Município de Rancharia – dados da estrutura fundiária (1995/2008).....	49
TABELA 3: Município de Rancharia e distritos – evolução populacional (1970 - 2010).....	51
TABELA 4: Distrito de Gardênia – dados percentuais de longevidade (2000 – 2010).....	84

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	P.
PLANTA 1: Distrito de Gardênia – Área de chácaras no perímetro urbano.....	62
PLANTA 2: Distrito de Gardênia – Evolução da malha viária urbana.....	66
MAPA 1: Distrito de Gardênia – Fazenda São Sebastião.....	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE GARDÊNIA.....	19
2.1 Localização e conceituação.....	19
2.2 História e economia.....	24
3 MEIO RURAL: DECADÊNCIA DO TRADICIONAL E CHEGADA DO AGRONEGÓCIO E DO TURISMO	
3.1 Transformações socioespaciais recentes do Distrito de Gardênia.....	44
3.2 Novas funções no rural e no urbano.....	50
4 CULTURA E LAZER DO POVO GARDENIENSE.....	81
4.1 As festas tradicionais religiosas.....	81
4.2 Os novos eventos criados para o turismo.....	86
5 MOBILIDADE, BENS COLETIVOS E PRIVADOS NO DISTRITO DE GARDÊNIA.....	92
5.1 Mobilidade	92
5.2 Meios de consumo coletivos e privados no Distrito.....	98
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110

1 INTRODUÇÃO

A ocupação da região conhecida como o Vale do Paranapanema teve como base econômica estritamente a agropecuária (MONBEIG, 1984). A ocupação do Distrito de Gardênia, Município de Rancharia - SP, de maneira sucinta, tomando como recorte a década de 1950, teve a pecuária e o cultivo do algodão como principais atividades econômicas as quais geraram grande dinamismo econômico e demográfico. Baseado em relatos e vivências de moradores pioneiros e ou de seus descendentes, bem como em leituras diversas (MONBEIG, 1984; GUIMARÃES, 1989; ENDLICH, 2009; SANTOS, 1985, entre outros), serão apontados alguns fatores que contribuíram para o processo de estagnação do Distrito e a mudança de seus papéis econômicos que, atualmente, interferem tanto nas dimensões sociais como espaciais.

Portanto, este trabalho de conclusão de curso, tem por objetivo identificar e analisar esse conjunto de transformações socioespaciais pelas quais vem passando o Distrito de Gardênia, Município de Rancharia – SP.

Por transformações socioespaciais compreendemos o conjunto articulado de mudanças que alteram, simultaneamente, as relações sociais e espaciais. Essas novas relações podem ser percebidas e/ou observadas, de forma mais explícita, através de novos processos de produção e consumo do espaço, notadamente com a introdução de loteamentos, condomínios fechados e com o surgimento de novas atividades econômicas no comércio e na prestação de serviços, tal como os pesqueiros. Parte-se, assim, da concepção de que é necessária uma análise integrada entre as esferas social/espacial para que seja possível compreender as dinâmicas resultantes das relações espaço/sociedade e as novas (re) configurações contínuas do espaço (ROMA, 2008).

Dessa forma, então, para uma melhor compreensão de tais transformações e seus desdobramentos faz-se necessário considerar a história do lugar como ponto de partida, analisando-se assim as relações sociais que se estabeleciam anteriormente e as que se estabelecem no presente.

É necessário ainda acompanhar como está ocorrendo e se consolidando o processo de transformações: traçar comparações, reconhecendo diferenças, verificando se há objetos ou pessoas que resistem às mudanças e por que; identificar as novas demandas e os novos papéis do Distrito hoje, considerando-se “que a cada momento histórico cada elemento muda seu papel [...]” (SANTOS, 1985, p. 9).

Considerando o espaço geográfico composto de fixos e fluxos, que estão em constante interação e que permitem ações que modificam o próprio lugar e, ao mesmo tempo, redefinindo-os tanto no aspecto social como no ambiental (SANTOS, 1982). Assim, faz-se necessário compreender de que forma estas atingem os “pacatos núcleos urbanos”, seja de forma latente ou explícita, tanto nos aspectos econômicos como sociais, desmistificando a ideia de que esses lugares poucos dinâmicos não atraem novos investimentos.

Norteando as reflexões que serão aqui desenvolvidas, seguiremos a sugestão de Endlich (2009), para quem é necessário descobrir quem atua e quem comanda os interesses sobre esse espaço. Ou seja, investigar quais são os agentes e as lógicas que promovem as transformações e de que forma essa nova dinâmica está interferindo na organização espacial. É necessário ainda, identificar quais são seus pontos positivos e negativos, principalmente com relação à geração de um possível processo segregativo e, por fim, saber para quem esse novo espaço está se materializando.

Esta monografia está fundamentada, em parte, em pesquisa de campo feita com o objetivo de quantificar e qualificar os diferentes objetos e processos aqui apresentados, através de relatos de moradores de diferentes idades e arquivos pessoais de fotos e documentos. Também tomamos o cuidado de não apenas quantificar objetos e processos sociais e, assim, não ter um resultado somente quantitativo.

A respeito da utilização de fontes orais e registros fotográficos como procedimentos metodológicos da pesquisa no qual este trabalho está em grande parte sustentado, destacam-se duas importantes considerações. Primeiro temos Graebin e Penna (2006 apud ANJOS, 2008, p. 12) que em seus estudos defende que:

O trabalho com as fontes alternativas como as orais [...] estão repletas de práticas de resistências, vivências cotidianas e processos societários. Num mundo que perde as suas referências, o trabalho com memória valorizando a experiência social, oferece a aproximação com os sujeitos históricos com todo o impacto das representações que estes fazem de si e do mundo [...].

Sobre outra fonte - a fotográfica, possibilidade metodológica que também utilizamos, a mesma autora (2008) conclui que esse recurso possibilita ao pesquisador:

[...] acrescentar novas e diferentes visões da história social e revela elementos importantes para o conhecimento da história coletiva. Possibilita ampliar a visão do historiador [...] permitindo que se conheçam os cenários em que as atividades cotidianas desenvolvem-se, assim como a diversidade de vivências dos atores sociais que agiram em um determinado contexto sociocultural. (ANJOS 2008, p.12)

Deste modo, partiu-se sempre das referências históricas - através dos relatos - a respeito dos antigos modos de se viver tanto no meio rural como na área urbana, em suas mais variadas dimensões. Fundamentais também foram as leituras realizadas no campo da geografia urbana, principalmente no que se refere aos conceitos e aportes teóricos que contribuíram para nosso entendimento sobre a pluralidade de significados que cerca a definição de pequenas cidades. Deve-se ressaltar que essas leituras possibilitaram a compreensão da nossa área pesquisada, abrangendo os processos de produção dos espaços que a caracteriza.

Nesse sentido, retomando Santos (1982) que afirma ser necessário ao se analisar o espaço ver além das formas e considerar seus agentes transformadores ao longo do tempo para uma melhor compreensão da realidade, foi que levamos em conta, neste trabalho, que “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial” (SANTOS, 1982, p. 10).

Não é farta a literatura que trata de pequenos núcleos urbanos, ainda mais quando se trata de um distrito que pertence a um município, sem autonomia político-administrativa. Seu processo de estruturação assim como as mudanças e transformações pelos quais passam tais pequenos aglomerados, suas ligações com núcleos maiores não são problematizados na bibliografia em que se pesquisou este tema.

Assim sendo, situamos a importância deste estudo, em primeiro lugar, na necessidade de registrar que as transformações socioespaciais atingem também pequenos núcleos urbanos, apesar de muitas vezes estas não serem visíveis. Em segundo lugar, e por não haver anteriormente nenhum trabalho na Geografia que retrate e analise o distrito em questão, consideramos relevante empreender tal estudo. Em terceiro lugar, mas não menos importante, nossas relações pessoais com esta localidade nos levam a tentar responder aos nossos próprios questionamentos quanto às mudanças que ali vêm ocorrendo. E, por fim, esperamos que este trabalho possa servir de ponto de partida para outros trabalhos mais

aprofundados, bem como para a implantação de políticas que venham atender aos anseios da população local.

Este trabalho de pesquisa se constitui além, dessa breve introdução em quatro outros capítulos analíticos e descritivos dos resultados da pesquisa de campo e bibliográfica mais as considerações finais.

O primeiro capítulo -“O Distrito de Gardênia”- traz a análise de sua localização, sua história (com recorte que abarca desde sua ocupação inscrita na memória dos moradores mais antigos e a oficial nos fins da década de 1950) e sua base econômica. O resgate dessas informações foi feito através de registros orais (impossíveis em fontes bibliográficas), fotografias, trabalho de campo para a observação de objetos que ainda resistem ao tempo. O seu objetivo foi o de desvelar como se deu o início da ocupação, quem e como se morava, onde se localizavam as primeiras habitações, as primeiras iniciativas da comunidade na busca de implementação de serviços públicos e/ou coletivos (como escola, igreja, etc.).

No segundo capítulo, “Meio rural: decadência do tradicional e chegada do agronegócio e do turismo” apresentamos o auge e decadência da principal atividade econômica do distrito – a agricultura, do início da década de 1960 até a primeira década do século XXI. Descrevemos suas principais crises, a introdução da monocultura da cana-de-açúcar, a mecanização da agricultura, suas consequências sociais e transformações espaciais e econômicas, apontando, ainda em uma primeira aproximação, as modificações e refuncionalizações presentes nos dias atuais em razão da introdução da atividade turística.

No terceiro capítulo - “A cultura e o lazer do povo gardeniense”, abordou-se os principais eventos que ocorrem no Distrito, desde as festas tradicionais de caráter religioso que resistem há décadas aos novos eventos relacionados ao turismo da pesca. Procurou-se através de fotos, observações e relatos mostrar as características dessas manifestações, sua importância para a população local e o seu papel atualmente.

No quarto capítulo “A mobilidade no Distrito de Gardênia” analisou-se, através de comparações históricas amparadas em relatos de moradores locais, fotos e base teórica (ENDLICH 2009; SANTOS, 2002; VICENTE, 2011, ROMA, 2008), como se davam as interações espaciais da população, sua mobilidade e os bens públicos, coletivos e privados oferecidos. Analisamos também dados quantitativos e informações qualitativas com o fim de detectar as carências desses serviços, os avanços, a decadência e as adaptações ocorridas para atender as novas demandas. Procuramos estabelecer o novo papel desempenhado pelo Distrito atualmente, pois se compreende, com base em Santos (2002) que a configuração territorial do

distrito se modificou (represa) juntamente com as relações sociais. Sendo o turismo a nova atividade econômica, fez-se necessário analisar se essas mudanças também alcançaram a esfera da mobilidade e de que forma elas estão contribuindo ou não com as interações socioespaciais, fundamentais em um núcleo urbano que tende a oferecer o básico à população, como será visto no desenvolvimento do trabalho.

Ao final, a conclusão abarcará os principais elementos do trabalho, através de uma síntese dos elementos explicitados nos capítulos, dos resultados e das teorias que amparam seu desenvolvimento, bem como a importância, caminhos e possibilidades de futuras pesquisas.

2 CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE GARDÊNIA

2.1 Localização e conceituação

A figura 1 apresenta o Município de Rancharia, bem como seus Distritos e o Balneário Municipal e permite referenciá-lo no contexto do Estado de São Paulo e do Brasil.

Figura 1- Localização do Município de Rancharia e Distritos



O Distrito de Gardênia, em particular, em seus primórdios foi, segundo relatos de moradores pioneiros, denominado de Povoado de Capivari, por se localizar as margens do Rio Capivari, atual Represa Capivara. Situa-se no Município de Rancharia - SP, distando 57 km da cidade sede e 489 km da capital do estado. Sua área territorial de 116,2 km² (Figura 2) limita-se ao norte com o Distrito de Agissê, a leste com o Município de Paraguaçu Paulista, ao sul com o Município de Maracai e a oeste com o Município de Iepê. (SEADE, 2011)

Geograficamente o Distrito de Gardênia localiza-se no Vale do Paranapanema que apresenta uma bacia hidrográfica composta pelos rios: Capivara (de águas turvas), Capivari e Ribeirão Bonito (ambos possuem águas claras) e o Paranapanema (de águas turvas para limpa), sendo que este último que recebe a vazão dos demais. Outros rios menores

Pelo exposto, podemos concluir que o Distrito de Gardênia, município de Rancharia/SP, criado pela LEI Estadual nº. 233 de 24/12/1948 se enquadra, atualmente, na definição de freguesia, tendo em vista estar submisso administrativamente ao Município sede (Rancharia).

Tomando por base as definições e estudos sobre a definição de pequenas cidades de alguns autores como Spósito (1982 e 2009), Roma (2008), Endlich (2009), Santos (1982), Bernardelli (2004), entre outros, elegemos para a definição da nossa área de pesquisa a dimensão qualitativa (suas funções). Assim sendo, é possível afirmar que o Distrito de Gardênia, apresenta todas as características de um aglomerado urbano. Consideramos que, dentre os diversos requisitos para serem considerados como tal, os serviços (tanto coletivos como privados) suprem apenas as necessidades básicas da população:

- os meios de transportes coletivos são poucos, com apenas duas linhas de ônibus coletivos;
- há somente uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) e uma escola municipal que atende da educação infantil (nível de pré-escola) ao ensino fundamental (9º ano);
- há falta de mão de obra qualificada oriunda de municípios vizinhos ou da sede do município, como dentistas, médicos, engenheiros, escrivão e professores;
- o comércio é pouco expressivo em relação ao número de estabelecimentos e predomina o circuito inferior da economia e o campo modernizado não é suprido localmente.

As características descritas acima demonstram “que o nível de suas funções está no limite inferior da complexidade urbana” (ROMA, 2008, p. 16) como apontaremos no decorrer do nosso trabalho.

Ao fazermos um levantamento bibliográfico sobre estudos que retratam pequenas cidades verificamos que os mesmos são escassos e encontramos uma gama de limitações a serem superadas, principalmente no que se refere à tipologia para a definição do conceito de pequena cidade (ROMA, 2008).

Segundo Fresca (2010), somente no limiar da década de 1990 foram retomadas as discussões acerca das pequenas cidades e sua inserção nas redes urbanas, até então pouco debatidas, postura esta motivada pelas:

[...] intensas modificações na organização sócioespacial brasileira que provocaram transformações em redes urbanas; que permitiram realização de novos papéis nestas cidades [...] que permitiram a inserção das mesmas em interações socioespaciais de grande alcance; enfim a redescoberta destas cidades como uma particularidade da urbanização brasileira. (FRESCA, 2010, p. 75).

Endlich (2006) considera a demografia como critério na definição de pequenas cidades, mas salienta que esse critério tem sido criticado por vários autores, considerando assim que “avaliar a população de uma cidade é uma medida grosseira para avaliar urbanidade [...] esse critério pode ser mais expressivo, se usado de maneira complementar a outros”. (RYBCZYNSKY, 1996, apud ENDLICH, 2006, p. 15).

Outros autores como Beaujeu-Garnier (1997 apud ENDLICH, 2006, p.14). adotam as funções administrativas como ideais para a definição de cidades pequenas, frisando que “a adoção literal de rural e urbano como adjetivos territoriais, sem nenhum outro critério adicional, implica, portanto, no estabelecimento administrativo e arbitrário dos limites entre um e outro” .

Há ainda autores que, para a definição de pequenas cidades, atentam para a ocupação econômica da população, onde “o rural vincula-se às atividades primárias, principalmente agropecuárias e o urbano em contraposição, reúne um percentual significativo da população envolvida em atividades secundárias ou terciárias.” (ENDLICH, 2006, p. 16). Segundo a mesma autora (2006) o critério de ocupação econômica da população é de difícil exatidão, sendo necessário “[...] estudar uma série de atividades desenvolvidas nas localidades [...]”. (ENDLICH, 2006, p. 18).

Essa mesma variável também é ponderada atualmente por Caiado e Santos (2003), expondo que, não só o urbano tem sofrido modificações, como essas se estenderam para as áreas rurais. Sustentam que aquele espaço rural tradicional já não basta mais para a definição de rural/urbano e que “não conseguem mais explicar a dinâmica do emprego e da população rural [...] é preciso incluir outras variáveis rurais não-agrícolas, decorrentes da crescente urbanização do meio rural, tais como: hospedagem, turismo, lazer [...]” (CAIADO e SANTOS, 2003, p. 4).

Atualmente, tem-se intensificado os estudos sobre os temas que abordam as pequenas cidades na busca de uma definição, mas existem ainda muitos desafios a serem superados, entre os quais:

[...] - imprecisão das definições conceituais que muitas vezes não dão conta de explicar a diversidade da realidade urbana brasileira;
 - dificuldade de estabelecer um limiar do que é rural e o que é urbano, de modo que possa ser aplicado empiricamente;
 - falta de sistematização dos estudos sobre as pequenas cidades, o que resulta em insuficientes formulações teóricas. (LEÃO, 2011, p. 13).

Endlich (2006, p. 18) afirma que dentre os vários critérios para definir o que é cidade, é possível “[...] considerar o urbano como um território político-administrativo; aglomerados de pessoas; núcleos com determinada densidade populacional e com população ocupada predominantemente com atividades secundárias e terciárias”.

De forma mais abrangente em Sposito (2009) encontra-se uma definição de cidade pequena que considera várias dimensões:

- a articulação entre o rural e o urbano;
- a relação entre a cidade e a natureza;
- a relação entre a cidade e a região;
- a articulação entre continuidade e descontinuidade
- o par concentração-dispersão.

Coutinho (2011) enfatiza ainda que existe de fato distinção entre os diversos tipos de cidade e que para sua melhor compreensão é necessário investigar os fatores que contribuem para

[...] um maior ou menor crescimento urbano, uma vez que apresenta perfis e necessidades diferentes, variando em função da densidade demográfica, dos meios de comunicação e da economia que integra a região; assim como através de outras especificidades próprias e específica de cada localidade, como as condições e o comportamento socioeconômico dos habitantes. (SANTOS, 1981, apud COUTINHO, 2011, p. 8)

O mesmo autor (2011) aponta ainda que “mais relevante do que tentar estipular interregnos populacionais para o termo utilizado, torna-se necessário buscar entender seu contexto atual e em que condições históricas vieram a se constituir [...]” (SANTOS, 1981, apud COUTINHO, 2011, p. 8). Deixamos claro que, apesar dessas definições não se referirem em específico a Distritos, foram fundamentais para nossa compreensão acerca de cidades

pequenas, contribuindo para definirmos regularidades na conceituação do nosso objeto de pesquisa.

2.2 História e economia

Segundo relatos de moradores descendentes de pioneiros, Gardênia foi fundada em 1934 por João Francisco Grillo (Figura 3), vinculada à frente pioneira organizada por José Teodoro. Com o objetivo de atrair o povoamento da região do Paranapanema, houve a fundação de vários povoados, dentre eles Nossa Senhora da Conceição da Vista Alegre (atual Conceição do Monte Alegre, Distrito de Paraguaçu Paulista), cuja comarca o povoado de Gardênia pertenceu (MONBEIG, 1984). Posteriormente passou a fazer parte do Município de Paraguassu (atual Paraguaçu Paulista) até 1943.

Com a criação do Município de Iepê pelo Decreto-lei nº14. 334 de 30/11/1 944, o Povoado de Capivari passou a pertencer a esse município.

Figura 3: Distrito de Gardênia - Pioneiro João Francisco Grillo e Joaquim Abel (194[...])



Fonte: arquivo pessoal da família Knust(2011)

Com base em relatos de alguns moradores pioneiros e análise do documento elaborado pelo Instituto Geográfico Cartográfico (1995), o Povoado de Capivari vivenciou constantes mudanças de jurisdição que foram fruto de uma política de interesses, justificada por ser área, na época, estritamente rural, com grande produtividade agrícola, o que poderia se reverter em vantajosos impostos. A disputa pela área de Gardênia se deu entre Paraguaçu Paulista e Rancharia: estes municípios tinham grande interesse em desmembrar o povoado do Município de Iepê, para anexá-lo ao seu.

Iepê, município recém-criado, poucas vantagens oferecia ao Distrito. Como o interesse da população de Gardênia voltava-se mais para a cidade de Rancharia, na gestão do prefeito Dr. Benedito Martins Barbosa, este território foi anexado ao município de Rancharia, de acordo com a Lei Estadual nº. 233 de 24/12/1948, modificando-se sua condição de Povoado para Distrito. No mesmo ano da criação o recente Distrito de Capivari teve seu nome modificado, devido Capivari já ser nome de outra cidade mais antiga do Estado de São Paulo. Foi por sugestão do ex-deputado Estadual Francisco Franco que o Distrito passou a se chamar Gardênia.

As famílias pioneiras são muitas. Entre elas, segundo informações de moradores mais antigos, citamos: as famílias Alves Lima, Martins, Souza, Santos, Grillo, Rabelo, Azoia, Knust, Lourenço Pereira, Polimeno, Rodrigues, Modesto, Bueno, Oliveira e Silva.

As primeiras construções eram casas e casarões rústicos, de madeira (Figura 4) e de pau a pique, de tabuas deitadas, algumas cobertas por sapé. Havia também uma capela de madeira e um pequeno comércio.

Conforme relatos de moradores pioneiros e seguindo as pistas oferecidas pelos registros fotográficos, pode-se observar e comprovar que as primeiras habitações se instalaram próximo ao pequeno leito do Rio Capivari que atendia às necessidades pessoais, uma vez que o Distrito não possuía, na época, nenhuma infraestrutura (rede de esgoto ou água encanada). Esse mesmo rio fornecia alimentos à população através da pesca e proporcionava lazer, irrigação de hortas e plantio de arrozais, servindo também como bebedouro para os animais.

Houve nessa época (1934) um contínuo aumento da população de trabalhadores rurais no território do Distrito, sob a influência dos projetos de colonização da Alta Sorocabana (MONBEIG, 1984). Assim, a fim de assegurar que esses trabalhadores pudessem se fixar no local, a família do pioneiro João Francisco Grillo, doou uma área de

terras na margem direita do Rio Capivari para a formação de um núcleo urbano (local onde hoje se localiza o Distrito de Gardênia).

Figura 4 - Distrito de Gardênia- primeiras habitações (1940)



Fonte: Arquivo pessoal da família Souza (2011)

Esse dinamismo populacional motivou o também morador e pioneiro Sr. Carlos Bueno de Toledo a construir uma casa comercial que vendia, conforme costume da época e entre outros produtos, grandes mantas de charques, sal grosso e açúcar em sacos de 20 kg, pólvora, latas de querosene de 20 litros, sacos de farinhas de trigo, garrações de aguardentes, caixotes de sardinhas. Era nessa casa comercial que a população, tanto urbana como rural, se abastecia de produtos industrializados que não podia fabricar e vendia seus excedentes, marcando e caracterizando o início do Povoado de Capivari. Por esse motivo, o Sr. Carlos Bueno de Toledo é considerado também fundador da Vila Capivari.

Esse fato vem ratificar que, apesar do extinto Povoado de Capivari ter se originado à margem esquerda do rio, em 1934, havia também uma continuidade dele do lado oposto, conforme se pode ver na figura 5. Trata-se da Avenida João Francisco Grillo, localizada no lado direito do rio e interligada a sua margem esquerda por uma pequena ponte de madeira e onde já havia várias habitações, escola, comércio, serraria, igreja e alguns serviços (sapateiro, marceneiro, barbeiro) de acordo com a demanda da população.

Figura 5 - Distrito de Gardênia- Avenida João Francisco Grillo (1939)



Fonte: Arquivo pessoal da família Knust (2011)

A primeira escola (Figura 6) denominada Escola Mista Rural do Bairro Capivari foi implantada por iniciativa e colaboração de Joaquim Carlos de Souza, que cedeu parte de seu estabelecimento comercial para o funcionamento da escola.

Figura 6: Escola Mista Rural do Bairro Capivari (1937)



Fonte: Arquivo pessoal família Knust (2011)

De caráter multisseriado, a escola funcionava em dois turnos devido o grande número de alunos, mas atendendo inicialmente apenas o nível I do Ensino Fundamental ou ensino primário que ia até a antiga 4ª série. Teve como a primeira professora a Sra. Enedina Pires, sobrinha de João Grillo.

A Figura 7 ilustra a abertura do povoado a oeste da Represa, em sistema de mutirão, com a derrubada da mata nativa para a construção das casas e barracos.

Figura 7: Distrito de Gardênia- Abertura do Povoado de Capivari (194[...])



Fonte: Arquivo pessoal da família Knust (2011)

Esse empenho coletivo em ampliar o povoado, construir habitações e comércio foi impulsionado, segundo relatos, pelas características do solo, que revertia em grande produtividade de toda a variedade que se cultivava (café, arroz, feijão), pelas variedades arbóreas (peroba-rosa, cedro), que geraram um grande fluxo extrativista, pela abundância de água, pastagens nativas (capim gordura, colônia) para os animais e pela chegada de um grande contingente de trabalhadores, atraídos por esse dinamismo (MONBEIG, 1984).

A serraria, a priori mencionada, pertencia à família Cambraia (hoje não mais residente no Distrito, nem no município), que desfrutando da matéria prima abundante, instalou uma pujante empresa que, sem medida e preocupação ambiental, explorava as matas locais, comprando de seus proprietários grandes árvores e “capões de matos” e extraindo a madeira para facilitar a implantação da agricultura e da pecuária. Além de empresa familiar, a serraria por ser na época um serviço estritamente braçal e extenuante que demandava grande contingente de mão de obra, utilizava-se também de mão de obra informal, com vários trabalhadores (em sua maioria migrante do Estado de Minas Gerais e Estados da região nordeste do Brasil). A exploração da madeira era rudimentar, e os perigos e acidentes constantes. O transporte das toras até a serraria era feito nos carroções puxados a bois (Figura 8), e para o corte utilizava da serra-traçador que exigia num constante revezamento de trabalhadores.

Figura 8 - Distrito de Gardênia - Carroção utilizado para transportar toras (1940)



Fonte: Arquivo pessoal da família Knust (2011)

Havia uma estruturada divisão do trabalho (encarregados dos transportes, de fazer a limpeza e o preparo das toras, de selecionar as vigas etc.), para que a serraria cumprisse seu papel de reprodutora das condições de produção (Corrêa, 2005), tendo em vista que o objetivo da empresa era fornecer e atender a grande demanda nas grandes cidades com matéria prima (madeira) utilizada na construção de habitações e indústrias.

Depois que a família Cambraia, por motivos desconhecidos, vendeu a serraria para a família Azoia (atual moradora em Paraguaçu Paulista), esta deu continuidade às atividades da serraria até 1960.

Sobre a implantação de atividades fixas (como a serraria) aliadas ao impulso produtivo, adverte Santos (2002, p. 253), que ela “tem um papel de aceleração das relações predatórias entre o homem e o meio, impondo mudanças radicais à natureza”, fatos estes que foram comprovados pelos relatos dos ex-funcionários. Um morador que trabalhou para a empresa exercendo o cargo de motorista confirmou que o sistema de exploração desses recursos foi desordenado e a matéria prima em questão, se tornou escassa, cara, não refletindo em lucros também em razão dos gastos com o frete dos caminhões. Com a extinção das madeiras nobres locais houve a necessidade de buscar toras em Porecatu no Paraná, como se pode comprovar no seguinte relato:

O primeiro caminhão que comprei foi um F.600 da Ford, para o transporte [...] eu era motorista, e levava as vigas tipo rio 6/16 (a especialidade da serraria) para Jundiá e Rio de Janeiro. As estradas para São Paulo não eram asfaltadas, eram

apenas cascalhadas, e tínhamos que fazer a viagem em um dia. Era muito difícil [...]. (Informação Verbal. Entrevista realizada em maio de 2011).

Assumi-se assim, que a atividade econômica de exploração da vegetação, de um modo geral, tem um ciclo muito efêmero em que os recursos naturais são o alvo principal e o que difere é somente o modo de exploração. Dessa forma, além da atividade econômica extrativista inicial, que foi muito importante para a economia do Distrito, apesar de seu caráter predatório, iniciou-se, na década de 1950, o cultivo do algodão que, marcou um novo ciclo econômico.

A Alta Sorocabana, nome dado à região que abrange o Município de Rancharia, foi um dos grandes centros produtores de algodão da época (MONBEIG, 1984). A produção visava abastecer as grandes indústrias têxteis da capital, já determinando a crescente subordinação da atividade agrícola à acumulação industrial (SILVA, 1998). A grande produção algodoeira deu à Rancharia, à qual pertence o Distrito, o título de “Capital do Algodão”.

Assim, baseando-nos em vivências familiares, registros fotográficos e relatos de moradores e de ex-produtores, pode concluir-se que o Distrito de Gardênia teve uma participação de destaque no cultivo do algodão (Figura 9). Grandes plantações se alastraram por todo o seu território, favorecidas pela fertilidade do solo – o chamado Latossolo Roxo – atraindo para o campo muitos trabalhadores oriundos de diversas regiões, principalmente do Nordeste e Minas Gerais, como já citado.

Nos fins da década de 1940 havia vários sistemas de exploração do uso das terras, como meeiros, arrendatários, peões, parceiros etc., sendo a parte com mão de obra familiar (MONBEIG, 1984). Segundo relatos de alguns ex-produtores arrendatários a falta de capital levava-os a recorrer constantemente aos empréstimos para financiar suas lavouras, além da necessidade de diversificarem seus produtos para melhor segurança (cultura cíclica), evidenciando um sistema dependente de produção (Lamarche, 1998).

Figura 9 - Distrito de Gardênia - safra de algodão (1950)



Fonte: Arquivo pessoal da família Knust (2011)

A safra de algodão era escoada para o município de Rancharia, que possuía toda a infraestrutura necessária para o recebimento do algodão (armazéns, silos, balanças, rede ferroviária).

A terra fértil propiciava a exploração de várias culturas (arroz, feijão, milho, amendoim, abóbora) tanto para a subsistência como para comercializar no próprio Distrito. Segundo relatos dos moradores, cultivavam-se vários cereais, com destaque para o arroz nos baixadões às margens do rio Capivari, a pecuária de leite e de corte, a criação do gado zebu de modo extensivo, a suinocultura, equinocultura e criação de muares, apesar de serem as duas últimas atividades econômicas em menor proporção.

Esse dinamismo contribuiu para o desenvolvimento do próprio Distrito que se tornou atrativo, densamente povoado, principalmente na área rural, que tinha implantada a infraestrutura básica necessária - como se pode ver nas figuras 10 e 11 - para o manejo dos vários produtos agrícolas: terreiros para a secagem do café, mangueirões para a criação de porcos, grandes caixotes para armazenar arroz, fornos para torrefação do café e fubá, tulhas, engenhos ou moendas, monjolos, moinhos destinados à moagem do milho e fubá, máquina de beneficiar arroz, pilão etc.

Figura 10 - Distrito de Gardênia - forno para torrar fubá (1950)



Fonte: Arquivo pessoal da família Alves de Lima (2011)

A máquina de beneficiar arroz, localizada na área urbana do Distrito (Figura 11), foi construída na década de 1940 pela família Polimeno. Alguns moradores que vivenciaram seu dinamismo puderam, através de seus relatos, relembrar seu funcionamento em ritmo elevado no auge do cultivo de arroz, com sistema de porcentagem (10% da saca de 50 k) e venda dos derivados dos produtos beneficiados, como o farelo de arroz e quirera.

A partir da década de 1980, as atividades dessa máquina foram progressivamente diminuindo por não haver mais o cultivo do arroz. Seu fechamento definitivo se deu após a morte de seu proprietário em 2009. Essa gradativa diminuição do cultivo de lavouras de subsistência evidenciou que estavam modificando-se as formas de produção e consumo da sociedade local, por fatores que serão explicitados no decorrer desse trabalho.

Atualmente esse estabelecimento encontra-se desativado como pudemos comprovar por observações diretas e registro fotográfico. Apesar de ter sido sinônimo do dinamismo produtivo do Distrito, retratar a sua história e representar, na sua forma, sinais das relações sociais que a engendraram (MORAES; COSTA, 1987), o prédio se encontra abandonado, fazendo-nos inferir que com o passar do tempo irá ruir, não deixando resquícios de sua história para os novos descendentes. Esse processo, segundo Spósito (2009, p. 36) tem sua origem na nova articulação econômica que penetra nos espaços, “trazendo o novo e destruindo o velho”.

Figura 11 - Distrito de Gardênia- Máquina de beneficiar arroz (de 1945)



Fonte: Pesquisa de campo, (2011).

Essas constatações, com base em fontes empíricas como teóricas e registros com fotos nos dão conta, de acordo com a afirmação de Santos (1982), de que o fato acabado é pura ilusão e que cada elemento muda de valor, ao mesmo tempo em que a totalidade se transforma quantitativa e qualitativamente. As transformações tanto estruturais como sociais desse processo, começaram a incidir nas atividades econômicas, afetando tanto o meio rural como o urbano.

3 O MEIO RURAL: DECADÊNCIA DO TRADICIONAL CHEGADA DO AGRONEGÓCIO E DO TURISMO

Vários períodos de dificuldades e decadência passaram os agricultores do Distrito, a começar já no limiar da década de 1960, quando o governo, com o intuito de aumentar a produção agrícola, lançou uma política visando à implementação de “insumos modernos, máquinas e equipamentos agrícolas, envolvendo tanto mudanças na base técnica quanto transformações substanciais nas relações de trabalho, inclusive promovendo diminuição no contingente de mão de obra necessária à produção” (BERNARDELLI, 2006, p. 219) a qual se aliou uma desaceleração econômica advinda de décadas anteriores (SILVA, 1998).

Essa política associada à queda dos preços do algodão, ao aumento das pragas, aos altos custos despendidos na manutenção desse setor, fez com que uma grande leva de agricultores abandonasse a atividade de produção algodoeira. Segundo dados históricos do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (2010-2013), da Casa da Agricultura de Rancharia, grande parte dos arrendatários eram migrantes nordestinos que não conseguindo dar mais continuidade às atividades, acabaram regressando para suas terras de origem.

Conforme destaca Silva (1998 p. 18), “nos anos 70, a agricultura paulista e sua agroindústria tiveram grande peso no processo de modernização, principalmente no que diz respeito às exportações”, impondo novos padrões de qualidade ao setor produtivo. Essas novas exigências somadas à contínua necessidade de mecanização das lavouras e as leis trabalhistas aceleraram a expulsão de trabalhadores permanentes ou temporários empregados (BERNARDELLI, 2006), mais uma intensa geada, em 1975, que devastou grande parte das lavouras de algodão, soja e milho, tornaram ainda mais difíceis a situação dos agricultores do Distrito.

Com o contínuo processo de evolução das técnicas de produção relatou um agricultor, hoje inativo, que não havia mais condições de prosseguir na produção agrícola utilizando meios rudimentares, como semeadeiras incompatíveis com a técnica do plantio direto ou a prática de fazer a colheita manual (Figura 12). Assim, agricultores de baixo poder econômico não conseguiram acompanhar e se adequar aos novos mecanismos de produção foram levados a abandonar as atividades agrícolas.

As próprias políticas agrícolas não deram condições e amparo aos agricultores devido a seu sistema de financiamento muito burocrático (endossantes, hipotecas) e às altas taxas de juros.

Figura12 - Distrito de Gardênia- safra de milho (1983)



Fonte: Arquivo pessoal da família Bueno (2011)

Sendo a atividade agropecuária suscetível às intempéries, é indispensável que haja um contínuo acompanhamento pelos diversos órgãos competentes para garantir e assegurar que os produtores tenham respaldo quando necessitarem. A ausência e ou o descaso do governo, dificultando acesso ao sistema de financiamento de safras, a falta de política agrícola, a impossibilidade de aplicação de novas tecnologias, a instabilidade dos custos dos insumos, a ausência de uma política de preços mínimos e o fechamento das empresas do ramo, deu continuidade à progressiva desaceleração da produção algodoeira no Distrito, como relata um ex-agricultor:

Não tinha mais onde receber algodão, apesar da boa produção (Figura 13) e as empresas de Rancharia fecharam (Matarazzo, Sanbra, Palmeirense etc.). Restou uma em Martinópolis, mas logo fechou também, então ficou muito difícil e tive que parar (...) (Entrevista realizada em julho de 2011).

Todos esses entraves aliados aos gradativos endividamentos levaram à insolvência e perdas devido aos penhores - tanto das próprias propriedades como de animais, implementos e maquinários em geral - não gerou e não gera um mínimo de estabilidade e prosperidade para esse setor.

Figura 13: Distrito de Gardênia-Remanescentes da safra do algodão (1988)



Fonte: Arquivo pessoal da família Danelon (2011)

Em razão dessas ocorrências, alguns agricultores e pecuaristas, ainda carregam efeitos negativos do passado. É sabido, através de relatos dos próprios ex-agricultores que, a fim de saldar antigas dívidas, uma grande parte deles teve como alternativa, quando a de não vender, arrendar suas terras para a usina Comércio Indústria Canaã Açúcar e Álcool - COCAL (localizada no município de Paraguaçu Paulista SP). Em outros casos, agricultores tanto do próprio município como de Maracá, Iepê, Cruzália com melhor estabilidade financeira e que conseguiram se adequar às novas tecnologias arrendaram ou compraram suas terras.

Nesse cenário de crises e transformações econômicas na agricultura, surge o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL)¹, que provocou o crescimento da demanda de cana-de-açúcar, aumentou significativamente o número de usinas e de arrendamentos de terras (SILVA, 1998).

Destaca Bernardelli (2006) que o programa do Governo (PROÁLCOOL) contribuiu para o aumento da produção do álcool, mas, “por outro lado também houve a

¹ Esse programa criado pelo Governo Federal tinha como objetivo estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos, além de incentivar a substituição em larga escala dos derivados de petróleo. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/proalcool/proalcool/programa-etanol.htm>. Acesso em 14/10/2012

ampliação da expulsão da população do campo” (2006, p. 231). Esse fato foi confirmado pelos relatos e pela pesquisa de campo, em que pudemos observar, na área rural do Distrito, habitações rurais abandonadas e cercadas pela cultura da cana-de-açúcar e decréscimo populacional causado pelo êxodo, este por sua vez gerado pelo desemprego.

Em alguns casos, conforme relatos dos próprios proprietários, o “dinheiro do arrendo”, é o único recurso para se manterem, e mesmo continuando a residir na propriedade, desestimulados, não cultivam e não criam nem para subsistência.

Sobre esse modelo de exploração atual, frisou um tradicional ex-produtor, que mesmo sendo as terras do Distrito propícias às culturas cíclicas, a monocultura da cana de açúcar faz com que o solo fique degradado, necessitando de constantes correções (adubação, calcareamento). Outro fato observado por nós é que além da área arrendada ficar “presa”, dificilmente voltará a ter um uso diferenciado, tanto no aspecto social, material e paisagístico, fato confirmado pelo relato de um ex-produtor:

Uma propriedade, independente do tamanho, quando arrendada para o cultivo da cana... dificilmente volta a ser como era antes... primeiro porque para plantar... eles arrancam todas as benfeitorias que tiver... currais, cercas, casas... [...] arrancam também as árvores... deixam um deserto... o solo necessita ser corrigido depois, pois fica esgotado... a usina tem condições de prepará-lo... a gente não... [...]. (Informação verbal. Entrevista realizada em agosto de 2011)

Assim, apreendemos com relação ao nosso objeto de pesquisa, que as mudanças ocorridas nos meios de produção, como a mecanização, inviabilizaram principalmente os pequenos agricultores, em dar continuidade em suas atividades de cultivo. Consequentemente, “[...] o campo deixou de ser o espaço de moradia de um contingente imenso de pessoas, gerando mudanças na distribuição espacial da população [...]” (ENDLICH, 2009, p. 103). A população rural migrou tanto para o Distrito de Gardênia como para a sede do Município ou para outras regiões e municípios em busca de trabalho.

Esse processo modificou a dinâmica do Distrito, que se comparado ao passado, mais dinâmico e com capacidade de atrair população passa a por transformações com o avanço da cultura da cana-de-açúcar e pela cultura soja/milho em menor proporção, fenômeno este em que o espaço passa a ser produzido e modificado em função das

necessidades gerais do processo produtivo dependendo de cada momento histórico (CARLOS, 2008).

A cultura da cana-de-açúcar que atualmente é a que predomina no Distrito e segundo a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI/Rancharia), ocupa aproximadamente 47,4% da área total do Distrito, compreendendo 67 propriedades arrendadas para a Usina COCAL S/A.

Em razão de a usina COCAL ocupar uma grande área do Distrito, conforme dados (47,4%), relataram alguns moradores que têm amigos ou parentes trabalhadores rurais braçais, que somente no início da ocupação das terras do Distrito pela monocultura da cana-de-açúcar (1980) é que foi contratada por essa empresa grande parte da população trabalhadora local. Com o passar dos anos, devido à mecanização, esses trabalhadores foram sendo substituídos por máquinas, restando poucas alternativas de trabalho para essa população, já que não existe, no Distrito, uma política de promoção de cursos e afins relacionados à profissionalização e à capacitação para o trabalho.

Ainda sobre a questão do desemprego uma moradora, esposa de um dos desempregados disse: “A esperança agora é a safra no começo do ano... espero que a usina Cocal contrate esse pessoal, pois o seguro desemprego vai acabar (...)” (Informação verbal. Entrevista realizada em agosto de 2011).

Esta situação foi amenizada por um novo contrato de trabalho efetivado em 20/01/2012 pela Usina Cocal (38 trabalhadores do Distrito de Gardênia e 5 do Distrito de Agissê) para o corte, plantio e capina da cana-de-açúcar nas áreas que envolvem tanto o município de Rancharia como o município de Paraguaçu Paulista, no qual a usina está instalada. Relatou um desses trabalhadores que o período de experiência está se acabando e que segundo as “previsões” do líder do setor, cinco desses trabalhadores terão seus contratos rescindidos, já previamente considerados sem “aptidão” ou por excesso de faltas.

Outra moradora que tem filho recentemente empregado na usina Cocal, relatou que há somente cerca de doze trabalhadores do Distrito ali empregados, exercendo a função de motoristas, lubrificadores de máquinas e engatadores (Figura 14). Seu relato demonstra descontentamento e incerteza perante o processo de seleção que está sendo seguido, tanto com relação às pessoas como ao lugar:

Há uma burocracia muito grande para conseguir emprego na usina... há uma grande seleção... acho que ainda empregam pessoas daqui porque em épocas que cessam as colheitas esses poucos trabalhadores aceitam qualquer tipo de serviço... tanto limpar

caldeira, como lavar pátios, etc. Tem dia que eles chegam aqui pretos... diferentemente dos trabalhadores de outras regiões, que só desempenham a função para as quais estão contratados... Eles não têm medo não [...]. (Informação verbal. Entrevista realizada em maio de 2011).

Acrescentou a mesma entrevistada que atualmente, a usina está mais seletiva com relação ao tipo de terra, preferindo arrendar solos que não são rasos² dando como exemplo um vizinho que teve suas terras recusadas por se localizar na baixada e seu contrato anulado devido à grande oferta de terras.

Figura 14 - Distrito de Gardênia-engatador de treminhão (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Ainda sobre a questão de empregar uma minoria da população do Distrito, pudemos comprovar na observação feita em trabalho de campo (figura 15) e relatos do coordenador do setor de corte de cana na área do Distrito, que os catadores de bitucas³ de cana que ali estavam todos eram moradores do município de Paraguaçu Paulista.

O descontentamento e o impacto da monocultura da cana-de-açúcar são perceptíveis nos relatos de alguns moradores do Distrito:

A cana veio para acabar mesmo... teve um dia que meu marido, que é motorista de máquina na usina... após o almoço se deitou para repousar... quando acordou não tinha mais nenhum pé de coqueiro... ele até assustou... parecia que tinha acordado em outro lugar... e além de tudo os coqueiros e árvores estavam todos enterrados [...]. (Informação verbal, entrevista realizada em julho de 2011).

² Solos rasos são aqueles com pouca espessura, o que dificulta o crescimento de raízes. Esses solos têm em sua composição pedregulhos, são típicos de baixadas próximas ao leito de rios são muito sensíveis à erosão e possuem baixa fertilidade. Disponível em: www.lsie.unb.br/sigecotur/parnaso/index.php. Acesso em 12/08/2012.

³ Os trabalhadores rurais da cana de açúcar exercem várias funções, dentre elas recolherem e amontoar as bitucas de cana. São chamados de bitucas, os pedaços pequenos de cana que caem dos caminhões durante a colheita.

Figura 15 - Distrito de Gardênia- catadores de bitucas de cana (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Ouvimos também o relato de um morador do meio rural sobre o constante aparecimento de animais moribundos em sua propriedade após as habituais queimadas nas áreas ocupadas pela cana. Observou o morador que a forma de iniciar as queimadas pelas beiradas do eito, torna impossível que algum animal ou ave sobreviva.

Assim, analisando as figuras 14 e 15, aliadas aos relatos de moradores e observações realizadas na pesquisa de campo, pudemos inferir que uma das principais causas da alta taxa de desemprego e das migrações no Distrito é a decadência da agricultura tradicional substituída pela agricultura mecanizada somada à desqualificação da população frente às novas exigências.

Haja vista que a Usina Cocal, com o objetivo de auferir lucro em suas explorações, repassa para o município cerca de 5,6% daquilo que fatura correspondendo essa porcentagem a uma quantia em torno de 23 milhões do valor total da produção. Esse valor não está relacionado à renda bruta e sim ao valor líquido da produção, descontando-se assim todo o montante gasto com empregados, manutenção e compra de maquinários e insumos agrícolas. (Prefeitura Municipal de Rancharia, DIPAM. 2011).

Sobre a mecanização explica Santos (1985, p. 12) que “em cada época os elementos ou variáveis são portadores (ou são conduzidos) por uma tecnologia específica e uma certa combinação de componentes do capital e do trabalho”.

Por conseguinte, para atender aos requisitos da demanda produtiva atual, a máquina carregadeira que podemos observar (figura16), veio substituir uma função que antes braçal. Os trabalhadores, conforme disse um coordenador de setor de corte da cana, apenas juntam as bitucas da cana para que a máquina as transporte até o caminhão, trabalho esse “repetitivo e enfadonho”, conforme relatos de um trabalhador.

Com relação à atividade de pulverização da cana-de-açúcar, observamos em pesquisa de campo, esta se utiliza de tratores tanque - com mão de obra feminina oriunda do Município de Paraguaçu Paulista – e, em maior proporção, pulverização aérea. A pulverização área é a mais prejudicial segundo os pecuaristas, já que o veneno se dispersa no ar com o vento, atingindo as pastagens do gado, refletindo em baixa produtividade.

Além da expressiva cultura da cana-de-açúcar, segundo dados da Coordenadoria Assistência Técnica Integral (CATI/Rancharia ,2011) há também uma grande área ocupada pela cultura soja x milho, abrangendo aproximadamente 4.000 ha. Essa área é cultivada de forma mecanizada (figura 17) por alguns agricultores locais que conseguiram se adequar às exigências desse setor, explorando tanto suas próprias terras como também arrendando de outros proprietários que se mudaram ou que simplesmente vivem do arrendo, sendo que alguns arrendatários são oriundos de regiões próximas (Iepê, Agissê, Cruzalia, São José das Laranjeiras e Maracaí).

Figura 16: Distrito de Gardênia- máquina carregadeira (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Figura17: Distrito de Gardênia-colheita da soja (2005)



Fonte: Arquivo pessoal da família Souza (2011)

Essas novas técnicas de produção mecanizada também na cultura da soja e milho, segundo relatos de trabalhadores rurais, empregam uma pequena parcela da população do Distrito em algumas funções e, dependendo da especialidade, em regime de contrato ou com trabalhadores informais. Esses trabalhadores são, geralmente, motoristas de máquinas (plantadeiras e colhedeiros), tratores e caminhões graneleiros e àqueles sem especialização nenhuma, resta recolher as espigas de milho que caem das máquinas e que ficam expostas no solo. Esses trabalhadores (jovens, mulheres e homens) na maioria das vezes são remunerados por diárias ou uma porcentagem sobre o número de sacas de milho recolhidas.

Há também uma pequena parcela de produtores que exploram a pecuária de leite e de carne (corte) e que, mesmo sendo em pequena proporção reverte para o município uma estimativa de 3,9% da sua produção sob a forma de impostos (Prefeitura Municipal de Rancharia, 2011). A produção de leite é absorvida pelo Laticínio Gardênia Ltda, empresa de base familiar, localizada no distrito e que iniciou suas atividades em 1970.

Essa nova dinâmica de produção explicitada afeta e transforma em uma dimensão bastante ampla as relações e as perspectivas da população local do Distrito. A mais importante delas é a questão do desemprego, tanto no meio rural como no urbano. A questão do desemprego no Distrito é séria uma vez que a oferta de trabalho é mínima e em sua maioria prevalecendo o informal. Sabemos que há trabalhadores que não se inserem em

nenhum setor e aqueles que, mesmo residindo na área urbana, se tornam mão de obra agrícola do agronegócio (ROMA, 2008), fazendo diminuir cada vez mais a população do Distrito.

Entretanto, sendo as pequenas cidades carentes de serviços públicos essa carência leva à “dependência dos programas assistencialistas do Estado e dos empregos públicos existentes como forma de assegurar a permanência em condições razoáveis” (COUTINHO, 2011, p. 90). Ainda assim, na pesquisa de campo contamos vinte e nove funcionários municipais ativos e sete aposentados e, no sistema estadual, três funcionários ativos e dois aposentados. Salientamos também que cinco desses funcionários exercem suas funções no Distrito de Agissê, na sede do Município e no Município vizinho de Iepê, mesmo residindo no Distrito.

Retomando a questão da oferta de trabalho no Distrito, há também a empresa de fruticultura Mané Frut, localizada no Distrito de Agissê, Município de Rancharia – SP, que, segundo relatos de seu administrador, recorre periodicamente, em época de safra, ao Distrito de Gardênia em busca de mão de obra temporária, tanto pelo sistema de diária como por contrato. Enfatizou o administrador que dá prioridade ao trabalho feminino, justificando maior afinidade das mulheres com o manuseio das frutas (lichia, manga e acerola). As frutas são fornecidas para a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) em São Paulo. Em março de 2012 foi instalada às margens da Rodovia Raposo Tavares uma serraria (Serraria Moretti) que emprega atualmente sete moradores do Distrito.

Através dos dados comparativos da renda mensal por domicílio (Tabela 1) utilizando um interstício de dez anos (2000-2010), pudemos observar que, de modo geral, a renda das famílias teve um leve decréscimo. Em 2000, a porcentagem salarial estava em torno de 1 a 2 salários mínimos e em 2010 em torno de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo.

Em contrapartida o número de famílias sem renda familiar foi reduzida e este fato é compreendido como resultado das políticas implementadas pelo governo (Brasil sem Miséria, Bolsa Família, Brasil Carinhoso), que tiraram um grande contingente de pessoas da linha de miséria, mas de forma assistencialista apenas. Como já temos conhecimento há necessidade de empreendimentos que garantam qualidade de vida, como empregos formais, capazes de assegurar que a população exerça ativamente sua cidadania e não seja uma mera expectadora da vida.

Tabela 1 - Distrito de Gardênia-renda familiar por domicílio (2000 - 2010)

	Censo 2000		Censo 2010	
Salário	Domicílio	%	Domicílio	%
até 1/4	1	0,3%	18	6,1%
1/4 á 1/6	2	0,7%	68	23,0%
1/2 á 1	74	24,8%	101	34,1%
1 á 2	84	28,2%	69	23,3%
2 á 3	31	10,4%	18	6,1%
3 á 5	33	11,1%	9	3,0%
5 á 10	20	6,7%	6	2,0%
acima de 10	5	1,7%	3	1,0%
s/ rendimento	48	16,1%	4	1,4%
Total	298	100%	296	100%

Fonte: IBGE. Org. SOUZA (2012)

3.1 Transformações socioespaciais recentes do Distrito de Gardênia

Vinte e nove anos após Gardênia de ter se tornado oficialmente Distrito iniciou-se uma abrupta remodelação de suas antigas formas e costumes. O primeiro fato causador dessa remodelação se deu em razão de estar o Distrito localizado nas margens do Rio Capivari, na área que seria “represada” pela Usina Capivara S/A.

A construção de usinas hidrelétricas foi adotada no País em meados do século XX e expressa no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Essa política se deu em razão da necessidade da “conjugação energia-indústria-desenvolvimento [...] usinas hidrelétricas seriam planejadas, executadas e finalizadas com o objetivo de romper com o atraso e o país pudesse se desenvolver” (ANJOS, 2008, p. 13).

De acordo com Silva Filho (2006) já no ano de 1964, foi criada pelo governo do Estado de São Paulo a USELPA (Usinas Elétricas do Paranapanema S/A) destinada à geração de energia elétrica com o aproveitamento integral do potencial hidrelétrico do vale do Rio Paranapanema. A USELPA iniciou o trabalho de levantamento e sondagem por toda a região que englobava os 19 municípios ribeirinhos que teriam partes de suas terras inundadas pela grande obra da Usina Capivara, incluindo Vale do Capivari.

A partir daí, a população passou a conviver com as mudanças que se processaram gradativamente gerando incerteza, medo, descontentamento e realocação.

Conforme relatos e registros fotográficos (Figura 18) dos moradores que vivenciaram esse processo, as maneiras de viver e os costumes eram outros. O Rio Capivari tinha outra forma e outras funções: o seu leito era estreito, facilitando o acesso às outras regiões através de pontes de madeiras. Ele era utilizado para lazer: nos fins de tarde os moradores desfrutavam de suas águas; havia uma abundante mata ciliar que, devido às várias espécies nativas, era também fonte de alimentação.

Uma moradora que teve parte das terras de sua família coberta pelo represamento demonstrou seu descontentamento com essas mudanças quando disse que “as terras eram férteis, mas a usina comprou essas terras a preços bem abaixo do mercado” (Informação verbal. Entrevista realizada em maio de 2011).

Figura 18 - Distrito de Gardênia-Rio Capivari antes de ser represado (1960)



Fonte: Arquivo pessoal da família Knust(2011)

A mesma moradora também acrescentou que:

Não houve sequer, nenhuma iniciativa de preservação com (sic) a fauna e nem com (sic) a flora, as árvores se decomporam (sic) dentro da água alterando seu processo químico, afetando também as espécies aquáticas... Outro descaso se referia à ausência das matas ciliares, que na verdade ficaram debaixo d'água e os assoreamentos, nas áreas de cultura se tornaram consequência. (Informação verbal. Entrevista realizada em maio de 2011)

Ao entrevistarmos um ex-funcionário da Companhia Energética de São Paulo (CESP), este confirmou o que disse a moradora:

Houve sim impactos, tanto no aspecto físico como social, mas infelizmente não sei... de imediato um mal e hoje um mal necessário... se não existisse a represa, Gardênia estaria esquecida e desconhecida [...] (Informação verbal. Entrevista realizada em maio de 2011,).

Para este entrevistado, hoje a represa traz também, além de sua popularização, retorno econômico para o local, principalmente com relação às atividades do turismo de pesca.

As opiniões divergem em relação à compra das terras utilizadas pela companhia, pois segundo relato desse mesmo morador:

Houve um caso de um proprietário na época, se tornar fazendeiro... comprando vários alqueires de terras de pequenos proprietários descrentes de que a CESP pagaria a eles por suas terras... vendendo-as a preços baixo e fiado... esse comprador obteve lucro, pois por ter uma grande extensão de terras ocupadas pela usina... recebeu o valor 50% acima do preço. (Informação verbal. Entrevista realizada em maio de 2011).

O fechamento das comportas para o enchimento da Represa Capivara se concretizou no dia 20/12/1975, dez dias antes do previsto no cronograma da (CESP) (ANJOS, 2008). Conforme relatos de moradores que vivenciaram esse processo, demorou três meses para completar o represamento, muitas lavouras se perderam, principalmente do arroz - não estava na época de colher - intensificando os prejuízos dos moradores da região. A área ocupada pelas águas corresponde a 1,22% do território pertencente ao Município (Prefeitura Municipal de Rancharia, 2011).

Esse acontecimento foi noticiado em diversas fontes, com destaque para o jornal “O Estado de São Paulo”, na edição do dia 20/12/1975, que sentenciou em manchete, como já se tem conhecimento, “sob as águas, as terras mais férteis do mundo”. Segundo Silva Filho (2006, p. 324), a fertilidade das terras inundadas só pode ser comparada às das terras do “[...] vale da Ucrânia, na Rússia e ao vale do Piquiri, no Paraná”.

Entretanto, apesar de grande a repercussão, estas não se refletiram na situação dos moradores ribeirinhos. Estes perderam não somente suas terras, mas como toda a infraestrutura que tinham implantado independente do porte, aumentando a distância de acesso ao Estado do Paraná, para o escoamento de safras, dificultando o intercâmbio entre a Cooperativa Mista de Alvorada do Sul e seu entreposto em Iepê (SILVA FILHO, 2006), com as quais alguns produtores agrícolas do Distrito tinham relações comerciais, e/ou para a interação entre familiares, restando somente lembrança, conforme se pode observar nos registros fotográficos.

A respeito dessas transformações pode-se afirmar que “a modernização tende a mudar a cultura e a forma de organização de um grupo social [...] destrói ofícios e práticas diretamente vinculados a uma temporalidade que não é mais interessante que continue existindo dessa forma” (ANJOS, 2008, p. 10).

No Município de Rancharia, diferentemente de outros como Primeiro de Maio (PR), Iepê e Taciba, não houve investimentos na área habitacional, em quadras e salões esportivos. Com base nas informações obtidas junto a um ex-funcionário da empresa, já citado, os “barrageiros” rancharienses viajavam diariamente em caminhões, diferentemente do que ocorria nas cidades mais próximas da futura usina.

Segundo dados da Prefeitura Municipal (Declaração de Participação dos Municípios, DIPAM, 2011) o prefeito repassa os recursos recebidos da Usina Capivara – uma porcentagem sobre a área total ocupada, aproximadamente 16.415,00 mensal que são investidos na manutenção do Balneário Municipal.

Esses fatos ajudam a comprovar que as transformações socioespaciais ocorrem a todo o momento e afetam tanto o meio rural como o urbano, ocorrendo também nos pequenos núcleos urbanos.

Assim, considera Endlich (2009, p. 95) que:

As bruscas transformações mostraram a instabilidade na produção do espaço e seus resultados para a sociedade. Essa instabilidade decorre predominantemente, de fatores exteriores a região, já que as ações de maior peso na definição das transformações são exógenas, porém articuladas a ações das elites dominantes em diversas escalas no interior do País e da região.

Portanto, seguiu-se após a crise e a decadência da agricultura, uma refuncionalização do espaço do Distrito, impulsionada por novas formas de produção, materializadas na construção da Represa Capivara, na monocultura e na mecanização da agricultura. Apesar de não nos aprofundarmos no assunto, nesse trabalho, destacamos que diante desses acontecimentos toda a população (e não só a realocada) ficou descontente e insegura com a situação em que se encontrava diante do rumo que as transformações estavam tomando. Em razão desse descontentamento e insegurança, reuniram-se no ano de 1993 e posteriormente em 2000 para estudarem a possibilidade de elevarem o Distrito à condição de Município.

Mas, de acordo com uma moradora que participou do movimento, o objetivo não foi alcançado tanto por divergências internas que não chegaram a ser superadas, quanto pela entrada em vigor da Emenda Constitucional nº. 15 de 26/09/1996, (de iniciativa do então Deputado Federal José Serra). Essa emenda que alterou o parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal de 1988, tornou praticamente impossível, no momento, a emancipação de Distritos, que passaram a depender de consulta prévia, mediante plebiscito junto às populações do município e não só da população do distrito interessado em emancipar-se. A mesma moradora complementa que:

[...] infelizmente, com a proximidade de eleições alguns candidatos a deputado ou a reeleição induzem as lideranças locais a discutir esse assunto, que na realidade é hoje inviável... vendendo ilusões conseguem em alguns casos se eleger para discutir um assunto que depende de dois terços do Congresso Nacional... Essas discussões servem de pretexto para protelar soluções imediatas de problemas que nos afligem [...]. (Informação verbal. Entrevista realizada em maio de 2011).

Essa nova regulamentação, de acordo com essa mesma moradora, aliada a outros entraves, como a emancipação ser desinteressante para os cofres da Prefeitura de Rancharia, traria desvantagens para a sede, já que os dois Distritos (Gardênia e Agisse) se constitui em uma área territorial de grandes proporções, tornou o almejado processo de emancipação política distante.

Sobre esse assunto sustenta Leão (2011, p. 22-24) que:

[...] Muitas vezes, o que leva ao surgimento de um novo município, e, conseqüentemente, de uma nova cidade são questões que envolvem a capacidade

da elite local em exigir, com base nos mais diferentes interesses, a emancipação político - administrativa de determinadas áreas, onde geralmente existe um pequeno núcleo urbano como um distrito. [...] a partir dessa emenda só poderiam ser aprovadas as criações de novos municípios com base no Estudo de Viabilidade Municipal [...], porém, deve se ter muito cuidado e haver uma profunda reflexão sobre os critérios a serem adotados, de modo que não haja distorções ainda maiores ao redor da definição de cidade.

Vários foram os vereadores que representaram e representam os interesses da população gardeniense, entre eles: Pedro Pereira, Geraldo Alfredo dos Santos, Tancredo Assumpção Maffei, representando Gardênia e Edmur Knust Souza Bastos, Rubens Bernardo de Lima, José Aparecido “Gato” de Lima, Paulo Sergio de Souza e atualmente Natalino da Silva (Prefeitura Municipal de Rancharia, 2011), que pretende ser candidato à reeleição. Apesar da importância de se ter um membro político para representar o Distrito, uma moradora relatou que: “aqui a política é baseada em interesses também... e varia de acordo com a política partidária... o próprio eleitor ainda procura se beneficiar... falta conscientização [...]”. (Informação verbal. Entrevista realizada em junho de 2011).

Reitera essa mesma moradora que sempre tentam eleger um vereador do local para que seja o porta-voz do Distrito e o procurador das propostas da comunidade. O povo vota acreditando ser bom ter uma representação na Câmara Municipal já que, atualmente, a prática política difere muito daquela da década de 1970, quando o prefeito estava constantemente em campo para ficar a par das diversas necessidades da população.

Essas afirmações acerca do universo político das pequenas cidades são explicitadas por ROMA (2008), que afirma também que as ações dos agentes políticos nas cidades pequenas são marcadas por características reconhecidas como interioranas, citando, por exemplo, as relações de proximidade e compadrio, favorecimento e vizinhança, complementando que “no momento que as pessoas passam a viver de favor, perdem seu direito à cidadania que seria condição para reforçar a dignidade.” (ROMA, 2008, p. 82).

Essa condição também é negativa, trazendo prejuízo para o local, no que se refere à organização de políticas públicas que visem amenizar as disparidades socioespaciais.

3.2 Novas funções nos meio rural e no urbano: o turismo como alternativa

Sabemos que cada área do Estado de São Paulo tem suas especificidades, mas de maneira geral sofreram, após um período de dinamismo, diversas fases de estagnação e transformação de sua base produtiva e econômica. A região que abrange o Vale do Paranapanema, no qual se localiza o Distrito de Gardênia estava, majoritariamente, assentada na agricultura familiar. Esta constatação está demonstrada na Tabela 2, em que se vê as oscilações e mudanças nas Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) no Município de Rancharia e seus respectivos distritos.

Ao fazermos a leitura da tabela observamos que houve um aumento tanto no número de UPAs com áreas de até 20 ha, como também em relação ao percentual da área nos anos de 2007/2008, em comparação ao ano de 1995, que teve um decréscimo no número de UPAS e suas percentagens.

Tabela 2- Município de Rancharia - dados da estrutura fundiária (1995 – 2008)

Áreas de UPAs	quant. de UPAs		soma das UPAs		porcentagem(%)	
	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08
Até 20 ha	152	450	1742	5497	21,44	42,74
20 a 50 ha	166	199	5731	6822	23,41	18,90
50 a 100 ha	137	133	9833	9371	19,32	12,63
100 a 500 ha	197	218	46801	51585	27,79	20,70
500 ou + ha	57	53	87989	77611	8,04	5,03
TOTAL	709	1053	152096	150886	100	100

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA (2012).

Esse fato é explicado, de acordo com o agrônomo da Casa da Agricultura (2012), pelas mudanças no processo produtivo, pelas crises e pelas sucessões e divisões das propriedades por herdeiros, independente do uso econômico que fizeram ou façam da herança (se exploram a propriedade, se venderam ou arrendaram).

Diante das mudanças no modo de produção agrícola e perante uma paisagem potencialmente explorável (rios, represas, matas e sítios) e a riqueza cultural da região, os

agentes políticos municipais viram na atividade turística uma possibilidade para o desenvolvimento socioespacial local (BENEVIDES, 1997).

A respeito do turismo como fonte alternativa de uso do espaço Cruz (2003, p. 7) afirma que: “As modalidades ditas alternativas de turismo (tal como turismo de natureza, ecológico ou ecoturismo) tem nos espaços naturais seu principal objeto de consumo e, ao contrario do turismo de massa requerem uma gama restrita de infra-estrutura [...]”. Essa assertiva foi comprovada em nossa pesquisa de campo em que pudemos observar que a instalação de uma infraestrutura para a prática do turismo de pesca no Distrito demandou parcos investimentos.

Assim, constatamos que as áreas rurais estão sendo modificadas, tanto estruturalmente como funcionalmente para atender essa nova demanda, ou seja, essa nova forma de exploração econômica do espaço que é o turismo, e “[...] isso quer dizer que, em cada momento do processo produtivo teremos um espaço determinado e específico, uma vez que será produzido em função das exigências e necessidades da sociedade” (CARLOS, 1986, p. 15).

Segundo um empresário do lugar, a “mola impulsionadora” das modificações socioespaciais foi a decadência da agricultura, para a qual, no seu entendimento:

[...] faltou uma política comprometida em dar apoio aos produtores... antigamente se produzia muito em poucos alqueires de terra, mesmo de modo primitivo... aqui se produzia e se consumia, tinha circulação da produção... seria impossível esse mesmo agricultor se manter atualmente, com suas antigas técnicas, sem o apoio necessário... como iria comprar um trator, um maquinário para o plantio direto, por exemplo [...]. (Informação verbal. Entrevista realizada em agosto de 2011)

Esse empresário acrescentou que as relações sociais e trabalhistas, também se modificaram, assim como as relações econômicas. Antes, a família numerosa era um incentivo para o patrão, pois no campo a demanda por trabalho era grande e ele sabia que todos iriam contribuir de alguma forma como mão de obra. Hoje, diferentemente, a primeira coisa que os poucos empregadores perguntam é sobre o número de filhos pequenos. Se tiver mais que dois já descarta o trabalhador, pois considera-os prejuízo já que não contribuirão como mão de obra.

Em seus estudos GUIMARÃES (1989, p. 193) relembra e confirma que:

[...] a família em que há varias pessoas aptas para os trabalhos agrícolas merece preferência [...] se a família é numerosa e não dispõe senão de uma ou duas enxadas [...] pode influir para que o contrato não se realize. Mas se ao invés disto, há 6 ou 7 enxadas disponíveis na família, as probabilidades de que o contrato seja firmado são maiores.

Diferentemente do que foi apresentado por Guimarães (1989), o mesmo morador acrescentou que as modificações trabalhistas e sociais geraram desemprego no campo, fazendo com que o Distrito de Gardênia perdesse progressivamente sua população, como se pode observar na tabela 3.

Atentando para a importância de se fazer estudos comparativos (SPOSITO, 2009), achamos coerente, para entender o processo evolutivo de perdas, oscilações e aumento populacionais expor os dados da sede do Município e dos Distritos (Agissê e Gardênia) para percebermos e compararmos em que período houve decréscimo/acrécimo similar ou desigual, em que área (rural ou urbana) e qual é a situação atualmente. Pudemos perceber que somente a população da área urbana e total da sede do Município aumentou gradativamente, com uma pequena elevação da população rural no ano 2000, mas inferior à década de 1970.

Tabela 3: Município de Rancharia e Distritos (Agissê/Gardênia)- evolução da população(1970 – 2010)

	1970			1980			1991			2000			2010		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Rancharia	14.005	3.889	17.904	17.681	3.559	21.240	22.239	2.598	24.837	24.989	3.783	28.772	25.828	2.976	28.804
Agissê	293	1.848	2.141	260	1.221	1.481	261	723	984	368	319	687	310	314	624
Gardênia	374	1860	2.234	472	690	1.162	581	514	1.095	614	301	915	587	368	955

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, org.Souza, 2011.

Com relação aos distritos, ao analisarmos a tabela 3, constatamos que os dois Distritos, Gardênia e Agissê, perderam progressivamente sua população total. Apesar da perda populacional nos dois distritos, no Distrito de Gardênia diferentemente do Distrito de Agissê o maior número de habitantes se concentrou na área urbana. Atualmente (Censo demográfico de 2010) a população total do Distrito de Agissê teve um leve aumento,

diferentemente se comparado às décadas anteriores, mas no meio rural prevalece maior número de habitantes.

Com base em conhecimentos empíricos, observações e pesquisas na nossa área de estudo podemos supor que o único elemento que ambos os distritos têm em comum é depender administrativamente do Município de Rancharia, pois as dinâmicas que ocorreram e que ocorrem em cada espaço tem sua singularidade, demonstrando que, “cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação [...]” (SANTOS, 1995, p.2). Sendo assim, a intensidade, as formas e os períodos da mudança dependem das forças e interesses que os impelem.

Podemos afirmar que esses novos elementos implicam em novas funções e novas relações fundamentadas em novas estruturas do espaço (SANTOS, 1985), remodelando, adaptando, modificando e introduzindo refuncionalizações. Ainda em relação esse fenômeno, assinala Santos (1985, p. 29) que “certas modernidades desmantelam a organização do espaço anterior. Constitui, sobretudo, um fator de dispersão que se opõe de uma forma muito clara aos fatores de concentração conhecidos nos períodos anteriores”.

Dessa maneira e diante dos dados populacionais que foram expostos entendemos que o contínuo decréscimo populacional ocorreu nos dois distritos pela modificação em toda a sua organização agrícola. (SANTOS, 1985).

Essas mudanças que vêm se sucedendo no Distrito de Gardênia são acompanhadas de outras, aqui notadas nas novas formas, como a perda significativa da população, interpretadas como influência das próprias transformações ocorridas se comparados à épocas passadas, tanto na área rural como na urbana.

O Distrito antes próspero, povoado e dinâmico esmoreceu, pois as mudanças do meio econômico modificaram o espaço e as relações e levaram “a expulsão de um grande número de residentes tradicionais [...] essa migração se dá como consequência da incapacidade financeira de continuar sendo proprietário ou investidor ou da incapacidade técnica de exercer novas funções.” (SANTOS, 1985, p. 45), fato já mencionado e que pudemos comprovar tanto nas observações diárias bem como nos relatos: hoje é o conjunto paisagístico que atrai os turistas (RIOS et al. 2010)

Na Lei Municipal nº. 818/96, no que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1997 (na gestão do ex-prefeito Carlos de Carvalho Baptista) já foram previstas no seu artigo 6º, ações que consistiam em “formular um projeto de aproveitamento de potencialidades turísticas, dando ênfase ao Balneário Municipal e ao lago da Usina

Capivara no Distrito de Gardênia, com vistas à atração de investimentos e geração de empregos”. Esse projeto foi elaborado no final da década de 1990 e teve como colaborador o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas Empresas (SEBRAE) por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo (PDTR).

As primeiras iniciativas desse programa foram isoladas, isto é, se deram apenas em alguns municípios, com o objetivo de fomentar as atividades turísticas (SEBRAE, 2005), e aos poucos o programa foi evoluindo e se aprimorando.

No município de Rancharia e Distritos foi feito, pela população que se organizou em grupos e contou com a orientação do SEBRAE, um levantamento das potencialidades e habilidades da região, culminando num evento demonstrativo das atrações tanto paisagísticas como gastronômicas e artesanais. Toda a iniciativa visava à capacitação e sensibilização dos envolvidos para amenizar o quadro de involução de um modo geral e contribuir com a economia do Distrito.

A partir de 2005 foi implantada a Secretaria do Turismo, Esporte e Cultura (SECTEL), mesmo período em que foram aprimoradas e intensificadas as atuações do SEBRAE em sintonia com a política federal de incentivo ao turismo que passou a atender territórios formados por conjuntos de Municípios. Esses territórios (um às margens do rio Paraná e o outro abrangendo municípios no entorno de Presidente Prudente) “foram agrupados formando o Circuito Turístico Oeste Rios” [...] (SEBRAE, 2005, p. 10), com o objetivo de desenvolver e fortalecer o local e a região.

A partir dos diagnósticos e orientações propôs-se inicialmente, aproveitar os eventos tradicionais e os criados com foco no turismo alternativo (CRUZ, 2003), como o Fest Peixe, em específico, criar um circuito a fim de distribuir os eventos pelos locais devidamente estratégicos, como nos diferentes pesqueiros situados em áreas urbanas e rurais - para melhor conhecimento e divulgação das atratividades turísticas do Distrito.

Entretanto, de acordo com relato de um ex-membro dessa comissão, essa proposta não se efetivou por desavenças tanto políticas como por incompatibilidade de interesses, estando ainda hoje, esse novo modo de consumo do espaço desarticulado, sem acompanhamento técnico e individual, pois cada envolvido (proprietários) faz investimentos e adequações a seu modo e individualmente (CRUZ, 2003).

Ao observamos o cotidiano do Distrito, constatamos a paisagem silenciosa dos condomínios (Figura 19), casas e chácaras (Figura 20) destinadas a segundas residências, ocupadas apenas nos finais de semana, dias de festas (religiosas e de campeonatos de pescas), feriados ou férias; pesqueiros com ranchos e ou quiosques, sendo a maioria de acesso restrito,

“alterando, assim, não só a paisagem, mas também, as relações de vizinhança e o próprio cotidiano dos moradores” (EPIFANIA, 2008, p. 80). Essa descrição confirma o que expõe Endlich (2009, p. 187), quando ela diz que áreas com atrativos naturais convertem-se em espaços de residências secundárias, onde a densidade demográfica só se amplia, significativamente, nos finais de semana, fato comprovado por nossa pesquisa de campo.

Sobre essa questão, afirma Rodrigues (1997), que essa procura, esse incentivo à busca pela natureza é fruto da atual globalização, que coloca o homem em busca de um espaço onde ele possa se sentir inserido e esse espaço é a natureza. Essa ideologia urbana está difundindo a crença de que na natureza o homem poderá resgatar sua identidade, sua paz interior perdida no estresse do dia-a-dia e dessa forma contribuir com a prática do turismo ecológico em suas diversas modalidades. Cruz (2003) ressalva que “não bastam o estresse da vida cotidiana urbana e o desejo de praticar turismo para a criação de uma demanda efetiva [...] somente se transformará em demanda turística aquela demanda solvável, ou seja, capaz de arcar com os custos de uma viagem de turismo” (CRUZ, 2003, p.22).

Conforme observamos em nossa pesquisa de campo, os turistas que frequentam o Distrito tem como principal meio de deslocamento o automóvel. Possuir um automóvel permite que cada indivíduo tenha a autonomia de arcar com suas despesas de locomoção. Sobre essa mesma questão expõe Endlich (2009, p. 168) que:

A proximidade e a acessibilidade facilitada, impulsionadas pela generalização do uso do automóvel, trazem outros papéis para as pequenas cidades [...]. Mais especificamente sobre as residências secundárias e funções recreativas em áreas aprazíveis.

Figura 19: Distrito de Gardênia - Condomínio I (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Na pesquisa de campo para quantificação de objetos utilizados para o turismo, contabilizamos quatro condomínios fechados e doze casas destinadas à segunda residência, das quais quatro estão em construção, cinco são pesqueiros e seis são chácaras.

Figura 20: Distrito de Gardênia- Chácara destinada à segunda residência (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Com relação aos condomínios e chácaras, observamos e ouvimos relatos de alguns moradores. As áreas em que são construídos foram loteadas por iniciativa de herdeiros, filhos ou parentes de ex-produtores rurais que se mudaram para outros municípios ou que perante às novas demandas acharam muito mais lucrativo lotear e vender do que continuar “tocando suas pequenas propriedades”.

Como podemos constatar na figura 21, há toda uma estratégia de marketing de abrangência local e regional, para atrair mais investimentos desse gênero: banners (no local), imobiliárias (em Paraguaçu Paulista e Rancharia) e propagandas informais (corretores locais) para loteamentos que ainda não foram vendidos ou até residências já construídas.

Figura 21 - Distrito de Gardênia- propaganda imobiliária (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

O condomínio I (figura 19) é denominado, segundo relatos da moradora e responsável pelo mesmo, de “condomínio Paraguaçu”, pelo fato de todos os moradores serem oriundos da cidade de Paraguaçu Paulista-SP. Esse condomínio está localizado na margem direita da Represa Capivara a 1 km do Distrito. Foi implantado em 1996 e é fechado por cerca de alambrado, não se permitindo que pessoas desconhecidas tenham acesso ao mesmo, fato que comprovamos ao encontrarmos resistência por parte do caseiro ao tentar adentrá-lo.

Neste condomínio há doze casas construídas, sendo uma do caseiro, funcionário devidamente registrado e também oriundo de Paraguaçu Paulista. São casas de médio a grande porte sendo que todas têm, em seus compartimentos externos (varandas ou garagens), carros, camionetas, barcos a motor e artefatos de pescas sofisticados. A respeito da condição econômica dos proprietários, a moradora responsável pelo condomínio relatou que 80% deles são aposentados em diversas profissões como bancários, professores, dentistas, agrônomos e funcionários públicos. Ao questioná-la sobre o porquê da procura pelo local, ela respondeu que: “[...] aqui todos vem à procura da pesca... você pode perceber... o público aqui é maioria masculina... dificilmente vem alguém para ficar nas casas parado sem fazer nada. [...]” (Informação verbal. Entrevista realizada em agosto de 2011).

A mesma moradora informou também que, geralmente é a única mulher que ali frequenta regularmente por gostar de pescaria e por escrever artigos para a Revista Pesca Esportiva, na qual retrata o Distrito e outras regiões tratando de espécies pescadas, formas ou técnicas utilizadas, medidas e peso. Essa mesma moradora também narrou que tem um site e

um blog (<http://isabelpellizzer.com.br/>) com várias informações sobre a Represa Capivara, por intermédio do qual as pessoas reservam hospedagem em sua residência, apartamentos ou ranchos do condomínio, apresentando-nos, na ocasião, um grupo da cidade de Piracicaba que era seu hóspede.

Em seus relatos, essa moradora contou que tem admiração pelo lugar, pela união da população na organização das festas tradicionais (São Sebastião e São Benedito), explicando detalhadamente como se organizam, citando as datas e fazendo menção também à festa do tropeiro que estava em planejamento: “[...] agora dia sete de setembro próximo tem a festa do tropeiro aqui... acho muito interessante a organização e o empenho das pessoas [...]”. (Informação verbal. Entrevista realizada em julho de 2011).

Essa referência evidencia que não somente a represa é o atrativo, mas também as festas, tanto as tradicionais como as mais recentes ligadas ao turismo de pesca, assunto que detalharemos mais adiante. Ainda com relação aos relatos dessa moradora, uma fala sua que consideramos mais relevante reflete sua preocupação com os moradores locais: “acho que o que falta aqui, em relação ao turismo da pesca... é a construção de uma rampa municipal... bem organizada para que a população tenha livre e fácil acesso à represa... sem precisar pagar para isso [...]”. (Informação verbal. Entrevista realizada em julho de 2011). Acrescentou que já tinha falado com o vereador do local sobre essa questão, mas que entende que essa iniciativa não depende apenas dele.

Seguindo do Condomínio I em direção ao Distrito, a aproximadamente 500 metros do perímetro urbano, também à margem direita da Represa Capivara, há três chácaras e outro condomínio.

Apesar de não podermos adentrar nas chácaras devido estarem com portões trancados e os seus proprietários ausentes, registramos (Figuras 22 e 23) e organizamos em sequência alfabética para melhor compreensão. Na chácara A, há uma casa em construção; na chácara B são três casas no modelo meia água em fase de acabamento e na chácara C, denominada Recanto Esperança, duas casas que também estão sendo acabadas, e cujos proprietários são de cidades da região (Assis, Marília e Rancharia) de acordo com relatos de alguns moradores do condomínio vizinho.

Figura 22 –Distrito de Gardênia - Área de segunda residência no meio rural (2011)



Fonte: Pesquisa de campo 2011.

Além das chácaras, nesse mesmo ponto há também outro condomínio (aqui denominado Condomínio II), o Recanto Feliz (Figura 23). Através dessa foto pode-se observar e inferir que outrora foi de acesso restrito observado pela presença da porteira - que agora se encontra aberta - e do cadeado. Além dessa entrada, hoje há outra paralela sem nenhum obstáculo que impeça o acesso à área externa e às residências.

Figura 23 – Distrito de Gardênia - condomínio Recanto Feliz (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No Condomínio II, a única família que lá se encontrava era de pessoas aposentadas do setor industrial. Eles relataram que o condomínio foi construído em 2007, inicialmente por dois membros de sua própria família, oriunda da cidade de Marília SP e do norte do Paraná. Ao questioná-los sobre a origem dos outros proprietários, informaram que são das cidades de Tupã, Quatá, Marília e Rancharia e não foram encontrados por ser dia útil, tratando-se de pessoas ainda em atividade profissional.

No que se refere às informações sobre a origem dos proprietários, nos chamou a atenção o fato de um recente morador ser originário do Distrito próximo (Agissê).

A moradora local que adquiriu residência no condomínio relatou que escolheu o local por afinidade, pela bela paisagem e por ser aquele espaço mais semelhante com as características do meio rural em que vivia:

[...] tentamos comprar uma outra residência num outro condomínio dentro de Gardênia... mas não deu certo... estava numa área de preservação e dentro de Gardênia eu não queria... mas se acaso desse certo iríamos lotear e revender este aqui...pois há uma grande área verde além da casa[...] então como não deu certo e eu não fazia gosto não pretendo lotear mais... assim tenho mais privacidade [...] (Informação verbal. Entrevista realizada em abril de 201,).

Ela crescentou que mantém uma boa relação com a vizinhança e que sente falta quando eles retornam para suas cidades de origem. Narrou que tem se organizado com os demais moradores para reivindicar urbanização e legalização da escritura da área desse condomínio, pois ainda está como área rural e dessa forma, o Imposto Territorial sobre a propriedade Rural (ITR) é dividido entre os moradores. O processo de desmembramento dos lotes, segundo ela, está em andamento, mas ela reconhece que esse andamento é lento.

Retomando à questão da acessibilidade, nesse condomínio podemos observar (Figura 24) que somente há barreiras (muros e grades) em torno das residências e que há uma estrada não pavimentada que dá acesso à represa. Mas, de acordo com o relato de uma moradora, será colocado na entrada do condomínio uma placa indicativa de propriedade particular para “inibir curiosos”. Essa atitude nos indica, com clareza, que as barreiras não são apenas cercas e muros, mas também placas indicativas de propriedade particular como relatou a moradora.

Figura 24 - Distrito de Gardênia- estrada de acesso à represa (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

As casas variam entre pequenas e médias, sendo somente uma delas grande porte e com piscina. Todas, entretanto, têm varandas que servem para guardar barcos a motor, artefatos variados de pesca e uma lancha, vindo a confirmar que se trata de pessoas que têm a pesca como hobby, como afirma um morador: “[...] venho aqui para descansar, tomar, churrasquear e pescar... a minha família gosta... pretendo trazer mais gente [...]” (Informação verbal. Entrevista realizada em agosto de 2011).

Esses relatos mostram que, em comparação, esta clientela é diferente da clientela do Condomínio I, pois se trata, em sua maioria, de pessoas que ainda se encontram ativas (trabalham) e se preocupa com a infraestrutura e a legalização dos impostos, conforme explicitado por um deles: “[...] quando comprei aqui disseram que iriam urbanizar... asfaltar e desmembrar... pois aqui não se paga imposto individual... ainda é considerada área rural... porque antes era sítio e ainda não desmembrou.” (Informação verbal. Entrevista realizada em agosto de 2011).

Assim, há nesses empreendimentos imobiliários uma progressiva apropriação mercantil do solo, tanto de áreas rurais como de áreas urbana (ROMA, 2008).

Próximo ao perímetro urbano do Distrito de Gardênia registramos a presença de uma pequena e rústica chácara (Figura 25) e uma casa que resistem, segundo relatos de seu proprietário, às constantes ofertas do setor imobiliário. Esse fato nos leva à constatação de que certos sentimentos superam o desejo do lucro. Sobre esse tipo de resistência, segundo Corrêa (2005, p. 77) “símbolos e sentimentos são variáveis que afetam o uso da terra, e que o espaço

não tem apenas atributos econômicos [...] mas que possui outro atributo, o de ser, em certas circunstâncias, símbolo de determinados valores culturais que ali se acham associados”.

Figura 25- Distrito de Gardênia-chácara de morador local (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

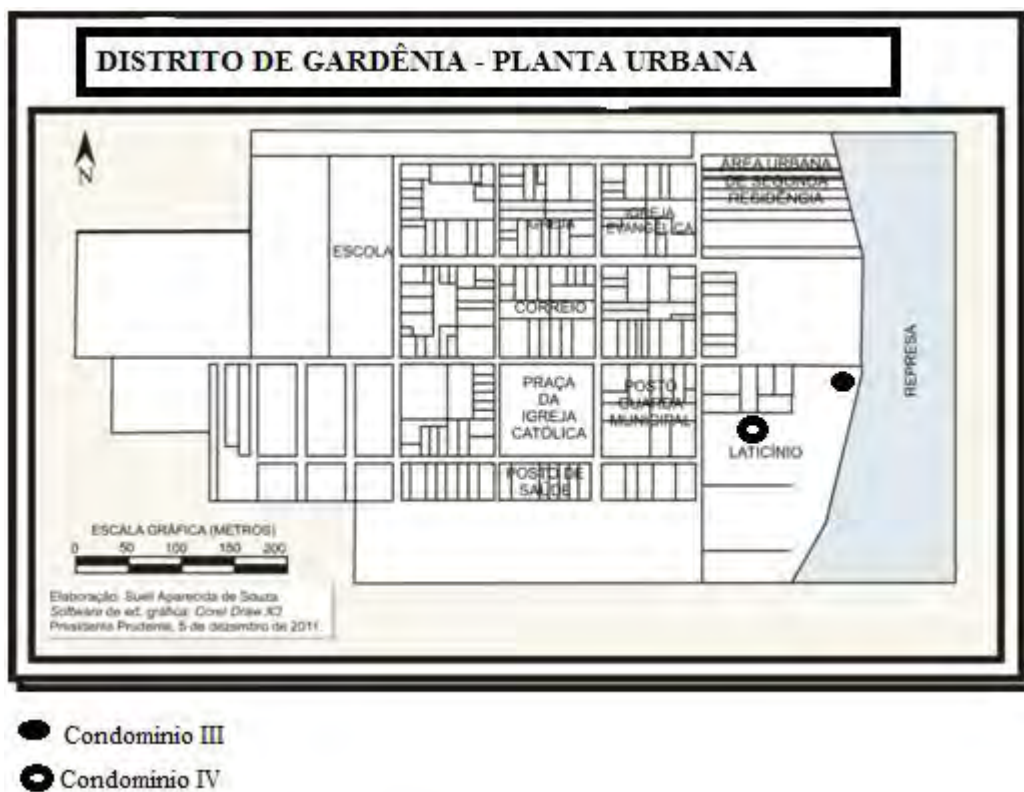
Um pouco mais adiante dessas duas propriedades que mencionamos e um pouco além do perímetro urbano, se seguem, na margem direita da represa, investimentos imobiliários em forma de loteamento, e chácaras (Figura 26 e Planta 1), onde pudemos observar e contar seis casas construídas e cinco em construção.

Figura 26 - Distrito de Gardênia- Loteamentos na parte urbana



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Planta 1- Área de chácaras no perímetro urbano do Distrito



Fonte: Plano Diretor de Rancharia (2005). Elaborado por Souza (2011).

Há também formas de ocupação ilegal (figura 27), onde o cumprimento da lei de reserva ambiental é desconsiderado, pois duas casas foram construídas no segundo marco de estimativa de inundação feita pela Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP). Além disso, toda a mata ciliar foi destruída, demonstrando falta de respeito às leis e à necessidade de preservação ambiental. Rodrigues (2002) alerta que, o uso destrutivo do território é contraditório com o consumo do território que é proposto pela atividade turística, havendo necessidade de contínuo acompanhamento e orientação a todos os envolvidos nessa atividade.

Braun (2011) salienta em seu trabalho que:

A expansão de áreas de condomínios no distrito de Gardênia está ocorrendo de maneira desorganizada, sem o planejamento que a atividade exige. Os engenheiros e técnicos responsáveis pelo poder público precisam atuar de maneira mais incisiva na fiscalização da ocupação urbana e rural que vem acontecendo no local [...]. (BRAUN, 2011, p. 54)

Figura 27 - Distrito de Gardênia-área de ocupação irregular (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Desse mesmo modo desordenado, as implantações imobiliárias tem se intensificado, seguindo em direção às margens da represa pelo acesso da Avenida João Francisco Grillo. Assim, na parte urbana do Distrito, nos defrontamos com o Condomínio III (Figura 28) que, segundo uma moradora do local, foi implantado em 1996, com a denominação de “Sossego”. Além dele há também uma chácara onde todas as casas são destinadas para segunda residência.

No que se refere à acessibilidade, esta só é pública e possível pela avenida mencionada (João Francisco Grillo), a qual é via de acesso para as nove casas que a margeiam apenas, pois a outra parte do condomínio é cercada por muros, com acesso por uma ruela sem saída, cujo nome, segundo moradores locais, ainda não foi definido.

Nossa descrição se baseou em sua maior parte em observações locais, pois a maioria das casas se encontrava fechada. Nosso contato pessoal se restringiu apenas a uma moradora de Paraguaçu Paulista (SP), responsável pelo Condomínio Sossego e que ali estava passando o feriado. Essa mesma moradora queixou-se da omissão do poder municipal, já que todas as decisões referentes à implantação de melhorias para o condomínio sempre ficam sobre responsabilidade dos proprietários, e que até o presente não foram desmembrados os lotes, sendo o Imposto sobre a propriedade rural (ITR), dividido pelos catorze proprietários, mais uma vez confirmando que as medidas no que referem ao planejamento não foram consideradas. Ao questioná-la o porquê e de há quanto tempo ter comprado o lote, esta relatou que:

[...] faz onze anos que comprei aqui... eu já frequentava... Vinha na casa de amigos... Daí fiquei sabendo da venda do lote por eles... e compramos... Eu venho para descansar... pode ver o silencio que é aqui... meu marido e meu filho gostam de pescar, plantar e agora resolveram criar algumas galinhas... O zelador cuida delas na nossa ausência, pois nem todos os fins de semana estamos aqui. (Informação verbal. Entrevista realizada em setembro de 2011)

Após permissão, entramos nessa área e conseguimos quantificar um total de treze casas de porte médio a grande, sendo que três são verticais (sobrados) e uma chácara.

De acordo com relatos da moradora com quem tivemos contato, os proprietários moram em cidades da região do estado de São Paulo, como: Quatá, Paraguaçu Paulista, Maracá. Um proprietário é da Bahia e o proprietário da chácara próxima à área do Condomínio III é de Pernambuco (Recife) e vem uma vez por ano, principalmente na época de Natal e Ano Novo.

Figurara 28 - Distrito de Gardênia - Condomínio Sossego (III) (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

O casal responsável pelo condomínio informou ainda que os proprietários são aposentados e ativos de diversas áreas como físicos, pilotos, comerciantes, agrônomos, etc., e vieram para cá em busca de descanso e da pesca. Esse mesmo casal também relatou que há um zelador, morador local, que cuida das casas e de alguns animais na ausência dos proprietários, afirmando que a próxima medida a tomar é legalizar sua situação trabalhista.

O Condomínio IV (Figura 29), sem denominação, tem como via de acesso a Avenida Joaquim Carlos de Souza e se localiza no espaço urbano do Distrito.

Figura 29 - Distrito de Gardênia- Condomínio IV, vista parcial.



Fonte: pesquisa de campo 2011.

De acordo com relatos do zelador, esse condomínio foi implantado em 1998 e é composto de quatro casas de médio porte, sendo, portanto, o menor. Seus proprietários são famílias oriundas das cidades de Rancharia, Presidente Prudente e Ribeirão Preto, todos ainda em atividade profissional. Por isso, frequentam periodicamente o local, tanto para descanso como para atividade de pesca. Neste condomínio, paga-se o ITR, pois assim como a maioria dos outros condomínios e loteamentos do Distrito, ainda não foi desmembrado da antiga condição rural.

Quanto à acessibilidade e acolhida, apesar de ser área particular restrita, não houve empecilho algum à nossa entrada, pois o portão de acesso estava aberto e o zelador fazia faxina externa numa residência. Quanto à acolhida ou receptividade nada se pode considerar, pois, apesar de ter sido fim de semana, todos os proprietários estavam ausentes do local, não tendo havido nenhum contato com eles.

A partir dessa descrição pudemos apreender que essa nova funcionalidade do espaço para o turismo, materializada nos objetos (condomínios e chácaras para segunda residências diferencia o restante da população do distrito tanto fisicamente - pela reserva das áreas nobres para a implantação de condomínios e chácaras - quanto socialmente pelas barreiras criadas (muros e portões trancados) “[...] alterando assim não só a paisagem, mas também as relações de vizinhança e o próprio cotidiano das pessoas.” (EPIFANIA, 2008, p. 80).

Com a quantificação, detectamos apenas onze residências de moradores locais a oeste da represa, porém essas moradias não dão acesso a esta. Esse fato indicou-nos que a maioria da população local diferentemente, se comparar ao início da formação do Distrito,

reside distante da Represa Capivara (Planta 1 e Planta 2), casas construídas pela CDHU ou em casas próprias e simples, se comparadas a algumas construções localizadas nas margens da represa.

Planta 2 - Distrito de Gardênia - Evolução da malha viária urbana (2005)



Fonte: Plano Diretor do Município de Rancharia(2005), org. Souza, 2011.

Sobre este fato comprova Carlos (1986), que as habitações mais “pobres” localizam-se, obviamente, nos terrenos mais baratos, juntos as áreas com insuficiência ou nenhuma infraestrutura e com poucas áreas verdes. Enfim, localizam-se longe dos locais que interessam ao mercado imobiliário, segregando a população local da população de fins de semana.

O conceito de segregação socioespacial vem, segundo Roma (2008, p. 31), “recebendo adjetivações tais como residencial, urbana, social, espacial ou socioespacial”. A mesma autora (2008) adverte ainda que o processo de segregação é amplo, compreendendo várias dimensões que vão além da análise do uso do solo. No entanto, nosso estudo se limitará a princípio, a essa dimensão.

Para o conceito de segregação socioespacial, tomamos por base as considerações de Roma (2008), Vicente (2011) e Carlos (2008), imprescindíveis para o entendimento do processo de diferenciação das formas espaciais que estão se iniciando na nossa área de estudo, com a construção de condomínios e chácaras de uso ocasional, corroborando a afirmação de que “as relações sociais, econômicas e culturais refletem-se no espaço e são, também, por eles determinadas”. (ROMA, 2008, p. 33)

Dessa forma, baseando-nos em nossa pesquisa de campo e nos relatos de moradores locais observamos que, no Distrito de Gardênia, há um lento e progressivo processo de separação entre os diferentes segmentos sociais, materializados na nova estruturação do espaço, que se iniciou a partir da década de 1990, com a introdução de condomínios, chácaras e pesqueiros.

Essa dinâmica gerada por agentes de produção do espaço urbano como as imobiliárias, os especuladores locais e o poder público, “[...] promove a seleção de áreas melhores e piores para finalidades e grupos distintos [...]” (VICENTE, 2011, p. 63). Portanto, a forma diferenciada que predomina na reestruturação do espaço pela implantação de atividades turísticas (condomínios e pesqueiros) no Distrito vem produzir um espaço de desigualdade, muito bem exposto pelo autor, o que nos leva a uma melhor compreensão da nossa realidade.

Essas novas funções no espaço no Distrito demonstram não somente a diferenciação na paisagem e novas funções, mas diferenciação na ocupação do espaço entre a população local e a dos novos empreendimentos. Para ambas a lógica é morar onde se pode pagar, de acordo com a condição econômica de cada indivíduo, ou ainda, “o homem vive onde ele pode morar, e onde pode morar será determinado pela renda que recebe e pelos sacrifícios que ele pode fazer”. (CARLOS, 2008, p. 134). A mesma autora (2008) salienta ainda que o espaço não se (re) produz sem contradições e que estas contradições são inerentes a uma sociedade de classes, onde temos a moradia associada ao preço da terra e esse preço será regido pelos interesses transmitidos pelos diversos agentes (poder político, especuladores, imobiliárias) em cada momento histórico.

Assim é possível observar a construção de uma “área nobre” às margens da Represa Capivara hoje cercada por condomínios, chácaras de segunda residência e pesqueiros e o primeiro rebatimento espacial dessa construção econômica é a perda acelerada, pela população local, do acesso à represa como fonte de sobrevivência, descanso e lazer.

Isso confirma o exposto por Carlos (2008), que compreende o espaço como um processo de apropriação desigual, “implicando a contradição entre os interesses [...] logo o

que está em jogo é o processo de apropriação do espaço para determinado uso representado na propriedade privada da terra, como expressão da segregação econômica e social”. (CARLOS, 2008, p. 136)

Ao observarmos a Planta 1, podemos notar que houve a implantação de chácaras e residências ocasionais no perímetro urbano que até o ano de 2005 (ano em que se foi elaborado o Plano Diretor) estava ociosa, em especial a “área core” que margeia a Represa.

A população tradicional tinha forte ligação com o Rio Capivari, pois foi onde se originou o povoado. O mesmo Rio atendia as suas mais diversas necessidades (alimentação, lazer), além de ser local onde os vínculos de amizade e solidariedade podiam ser cultivados;

Não é correto afirmarmos que hoje a sociedade local se tornou individualista, que perdeu suas raízes, que se “afastou” uns dos outros por vontade própria. Mas, é correto afirmar que está perdendo também a liberdade de usufruir da Represa Capivara, principalmente nas áreas de propriedades privadas que ocupam grande parte da área urbana e do meio rural próximo ao Distrito, e perdendo também a liberdade de residir nessa área.

Atualmente para ter acesso à represa, a população local recorre a alguns recursos: ou aluga algum barco nos pesqueiros, ou paga uma taxa de desembarque (quando é proprietário de barco), ou como último recurso, percorre uma longa distância à procura de uma local na margem que lhe seja acessível. Essa condição imposta é reflexo do dinamismo do uso do solo, acompanhado de um processo histórico que vem redefinindo e transformando a fisionomia do lugar e o cotidiano das pessoas, independente das demais consequências que poderá trazer (CARLOS, 2008).

O espírito comunitário construído pela população local entra em contradição, na maioria das vezes, com os objetivos e modos de pensar da população das segundas residências. A ocupação da área estudada por essa nova “clientela” se dá de forma diferente dos costumes da população local, se efetivando de maneira heterogênea, tanto no que se refere aos aspectos físicos das casas como em relação ao aspecto econômico.

Além disso, é sabido que esse padrão de construção (sobrados, casas e chácaras) cercado por muros altos, em condomínios fechados, “aprofunda a contradição entre o *espírito comunitário* dos velhos moradores e a atomização e isolamento da vida urbana que os moradores trazem consigo”. (CARLOS, 2008, p. 163). Esse fato foi comprovado por nós nos contatos informais propiciados pela pesquisa de campo em que esses moradores ocasionais relataram que a busca pelo “sossego”, impossível nas cidades, é o principal objetivo de investirem em imóveis no Distrito.

Essa diferenciação entre a população local e a dos condomínios, interpretada na lógica da construção dos conjuntos habitacionais (Plantas 1 e 2) que seguem numa direção oposta a área especulativa, revela processos segregativos (ROMA, 2008) que vão além das formas e das localizações, se efetivando no afastamento entre as classes sociais.

Mesmo que os dados levantados sejam majoritariamente amparados nos relatos de moradores e em nossas observações, eles nos permitem concluir que a população não originalmente local, seja de aposentados ou de pessoas ainda em atividade profissional, busca no Distrito a beleza e a tranquilidade da natureza, o descanso, um lazer diferente do das cidades grandes ou a simples sensação de poder “ser ele próprio” como relatou um visitante.

Sobre o sentimento de pertencimento e resgate da identidade Carvalho (1993, p. 100-101) afirma que “[...] O lugar faz parte da essência da realização humana. O “estar” é necessário para a construção/realização do “ser” [...]” mesmo que na nossa compreensão, para gozar desse “benefício”, muitas vezes perdidos no estresse do dia-a-dia e das exigências no trabalho, tenha-se que pagar por isso.

Com a construção da Represa Capivara, a área do Distrito se modificou e se tornou atrativa, dando origem à refuncionalizações em todo o seu espaço: áreas às margens da represa que tinham funções residenciais e de cultivo de cereais pela população rural precedente foram gradualmente substituídos pela implantação de condomínios, chácaras e pesqueiros, os quais apresentam outras características e funcionamentos.

Assim, na rodovia SP 421 km 95+400 m, denominada Jorge Bassil Dower, distante cerca de 2 km do Distrito de Gardênia, se localiza o primeiro pesqueiro, denominado Pelotinha (Figura 30), implantado em maio de 1997 pela família Spavier da cidade de Paraguaçu Paulista - SP.

Figura 30 - Distrito de Gardênia - Pesqueiro Pelotinha



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Sua infraestrutura é composta de lanchonete, área de camping, área de desembarque de barcos e estacionamento para os clientes e para os usuários da ponte sobre a Represa Capivara. Todos esses serviços são oferecidos a taxas fixas.

Relatou-nos a proprietária do pesqueiro que seu estabelecimento é devidamente regularizado e que não tem identificação (placa) de forma proposital, a fim de não chamar a “atenção”, pois se trata de área residencial. Seus visitantes são oriundos geralmente das cidades da região: Quatá, Marília, Bastos, Presidente Prudente, São Paulo e Rancharia, tendo um maior fluxo nos fins de semana, feriados e férias.

O que torna esse pesqueiro diferenciado dos outros é que, segundo informação dos proprietários, ele é ponto inicial para a instalação de um condomínio, onde os treze lotes medindo 10x20, já se encontram todos vendidos, tanto para pessoas da região, como de outros estados como Minas Gerais e Paraná.

Observamos que a mata ciliar foi destruída e que o pesqueiro se encontra a poucos metros da represa. Ao questionarmos os proprietários, eles relataram que houve um incêndio criminoso que extinguiu toda a vegetação nativa, mas que atualmente replantaram cinquenta mudas de árvores de pequeno porte para suprir o que foi perdido, fato que pudemos comprovar apesar da área estar sendo destinada a camping (Figura31).

Figura 31 - Área de camping do Pesqueiro Pelotinha



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

O segundo pesqueiro (Figura 32), denominado Javali, localiza-se a aproximadamente 700 metros do perímetro urbano do Distrito. Foi implantado em 1997, pela família Silva Belchior (aposentados), oriundos da cidade de João Ramalho.

Conforme observações e relatos da proprietária, o pesqueiro tem barcos para aluguel, quiosques mobiliados e áreas de desembarques. Os preços cobrados pelos quiosques variam conforme o tamanho e a construção, sendo eles de madeira e/ou alvenaria. Seus frequentadores têm origens variadas: Sorocaba, Rancharia, Presidente Prudente, Marília, Tupã, da capital (São Paulo) e de outros estados como Rondônia e Paraná.

Reiterando a falta de planejamento e de acompanhando pelos órgãos competentes, comprovamos que nesse pesqueiro os quiosques se encontram amontoados, em terreno íngreme, estando a maioria mal conservada e a área de acesso à represa degradada.

Figura 32: Distrito de Gardênia - Pesqueiro Javali - Área de ranchos (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

O terceiro pesqueiro, denominado Recanto do Sivuca (Figura 33) está localizado a 200 metros do perímetro urbano. Foi instalado no ano de 2003, tendo como proprietários outros membros da família Belchior (aposentados), que residiam anteriormente na cidade de Porecatu-PR.

Figura 33: Distrito de Gardênia - Pesqueiro Sivuca- vista parcial da área de restaurante



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Este pesqueiro é o melhor planejado no que se refere à localização, distribuição dos quiosques e infraestrutura do restaurante. Devido a esse diferencial e do fato do proprietário ser, na época, membro de uma comissão de eventos do local, sediou cinco edições do Fest Peixe.

Nele podem ser alugados apartamentos mobiliados, sendo todos do mesmo padrão (alvenaria) e áreas de desembarques de barcos. No restaurante são oferecidas refeições variadas como: comercial, prato simples, porções (peixes) e bebidas em geral.

Sobre a origem dos visitantes, o proprietário relatou que são de um raio de 600 km de distância, tanto da capital do estado (São Paulo) como das cidades de Sorocaba, Campinas ou de outros estados, como o Paraná. Frisou também que os moradores do Distrito são os que menos frequentam o local e que, se dependesse deles, teria que fechar seu estabelecimento.

O quarto pesqueiro, denominado Rancho da Tulha (Figura 34), está localizado a cerca de 8 km do distrito de Gardênia e seus proprietários são membros da família Danelon Rosa.

Figura 34 – Distrito de Gardênia - Pesqueiro Rancho da Tulha- área parcial dos quiosques(2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Há nele um diferencial em relação aos outros pesqueiros: os proprietários são moradores locais, anteriormente agricultores que viram como saída para a inviabilidade da agricultura, arrendar o sítio de 23 alqueires para a Usina Cocal S/A para o cultivo de cana-de-açúcar, ficando a parte que margeia a Represa Capivara destinada à instalação do pesqueiro.

Este pesqueiro foi instalado em 2000 e conta com catorze quiosques que, diferentemente dos outros pesqueiros, já se encontram todos alugados mensalmente, por famílias oriundas das cidades da região como: Paraguaçu Paulista, Pompéia, Assis, Quintana, Marília, Vera Cruz, etc. Para os visitantes que não tem contrato de aluguel, os proprietários

oferecem um gramado para a área de camping. Oferecem ainda barcos para alugar e área de desembarque para barcos, com taxas já fixadas.

Relatou o proprietário que se encontra desestimulado e que pretende vender a propriedade, pois há um processo contra ele no qual o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) embargou a construção de um futuro hotel (Figura 35), justificando ser área de preservação. Foi multado e obrigado a plantar 300 mudas na área de reflorestamento: “o prejuízo foi grande demais, desgostei... tinha gastado mais de 80 mil reais... agora toda a estrutura está comprometida não tem mais jeito não [...]” (Informação verbal. Entrevista realizada em julho de 2011).

Figura 35- Distrito de Gardênia - Pesqueiro Rancho da Tulha - Hotel embargado pelo IBAMA



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

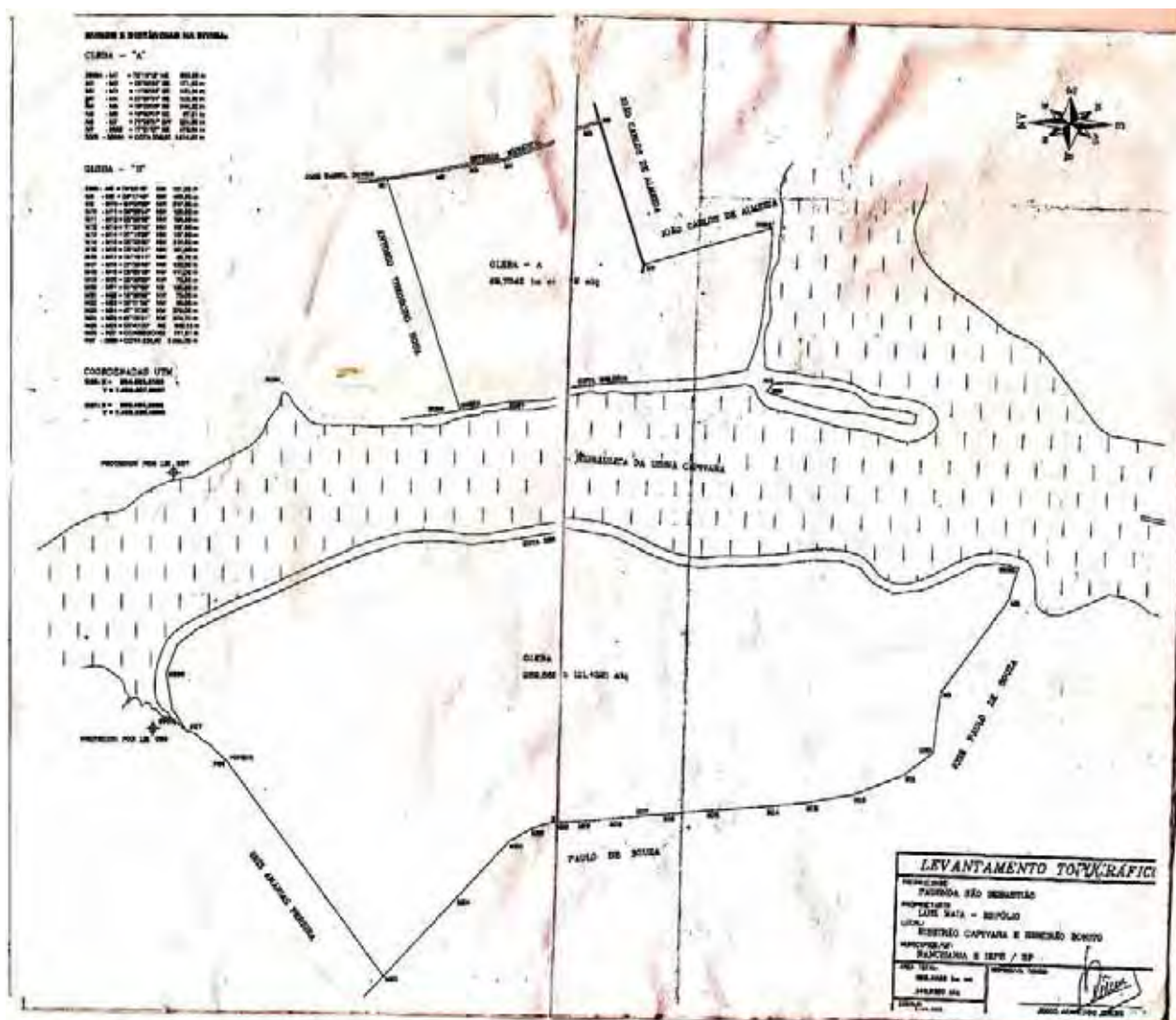
Desse modo, neste espaço em estudo, as relações e as maneiras de produzir se modificaram da base estritamente agrícola rudimentar para a monocultura da Cana – de – açúcar e exploração da natureza de forma desordenada pela atividade turística. A esse respeito Becker (2002) afirma que:

[...] há outro elemento nesta mudança do modo de produzir, ligado ao próprio modo de produzir e a crise ambiental, que é a questão da mudança de significado da natureza. A natureza hoje muda de significado [...] ela passa a ser capital [...] como mercadoria para o turismo. (BECKER, 2002, p.182).

O quinto pesqueiro, denominado Rancho das Corvinas, se localiza na Fazenda São Sebastião⁴ (Mapa 1), com acesso pela vicinal Sebastião da Silva, distante 6 km da Rodovia Jorge Bassil Dower.

⁴ A Fazenda São Sebastião tem 148,5330 alqueires, sendo que 56 deles correspondem a uma reserva de mata nativa. A fazenda é espólio da Família Maia e pertence atualmente à União. Um morador local que há 52 anos reside naquele local está tentando por meio da justiça o usucapião das terras da fazenda, mas , desde 1990 até o momento da pesquisa de campo, não tinha obtido nenhum parecer favorável. Havia também, na época da pesquisa de campo, um grupo de assentados que aguardavam a desapropriação tanto da Fazenda São Sebastião como de outras áreas em outros municípios pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No dia 19/01/2012, os acampados da Fazenda São Sebastião se retiraram para outra área próxima a sede do município, Rancharia.

Mapa 1: Distrito de Gardênia-Fazenda São Sebastião (199[...])



Fonte: arquivo pessoal da família Silva, 2011.

Apesar de o nosso objetivo ser o de retratar as transformações socioespaciais do Distrito, materializadas nas refuncionalizações pelo turismo de pesca e pela monocultura da cana-de-açúcar, é o pesqueiro em que há uma maior diversidade de conflitos e de impactos ambientais mesmo que majoritariamente baseando-nos em relatos e observações dos quais serão relatados.

Adiantamos que a esse respeito expõe Cruz (2003, apud, KHAFOU, 1996, p. 14):

Conflitos existentes nos lugares apropriados pelo turismo, são resultantes das diferenças de territorialidades que caracterizam o uso de seus territórios, quer dizer, entre a territorialidade nômade dos turistas e a territorialidade sedentária dos

residentes [...] As lógicas que movem à apropriação dos espaços por um e por outro ator social [...] têm naturezas muito diferentes e, por isso muitas vezes conflitante”.

O pesqueiro Rancho das Corvinas localiza-se em uma ilha de aproximadamente dois alqueires (48.400m²) pertencente à CESP. Suas instalações são precárias, oferecendo apenas área para desembarque e aluguéis de barcos (Figura 37).

Há em torno de cinquenta ranchos de moradores de diversas cidades da região (principalmente de Tupã e Marília) que, nos fins de semana e feriados, vem em busca da atividade de pesca, tanto esportiva como profissional, para a comercialização. Desta forma, compreendemos que o fato de haver um conjunto de belezas naturais (CRUZ, 2003) materializadas na represa e nas matas nativas, atrai os praticantes da pesca que, de acordo com suas afinidades, vão em busca desses espaços mesmo que ofereçam uma mínima infraestrutura.

Assim, observamos que não há uma efetiva fiscalização e orientação nos empreendimentos relacionados ao turismo, comprometendo o meio ambiente, principalmente com relação a falta de rede de esgotos adequada e a coleta de lixos.

A pesca predatória também é praticada pelos turistas e pescadores profissionais. Alguns acampados do movimento social e moradores locais que lá se encontravam na época da nossa pesquisa de campo relataram que se preocupavam com a atividade da pesca profissional. Essa modalidade demanda uma grande quantidade de peixes para comercializar, utilizando-se o pescador profissional de redes e tarrafas, prejudicando as pessoas “que pescam de barranco”, ou seja sem barco.

Figura 36 – Distrito de Gardênia - Pesqueiro Rancho das Corvinas- Área de desembarque e alugueis de barcos (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quanto à situação trabalhista nos quatro pesqueiros descritos, com exceção do Rancho das Corvinas, há apenas dois trabalhadores legalmente contratados, predominando o trabalho informal, o que torna mais difícil ainda a situação da população, pois na incerteza, aceitam qualquer tarefa, ou como disse um trabalhador diarista, “na precisão o que vier é lucro”. Portanto, esses estabelecimentos não contribuem para minimizar o quadro de desemprego que envolve a população do Distrito, conforme dados da Tabela 1, pois ocorre de forma isolada e não integra maciçamente a população, se distanciando da proposta original de desenvolvimento local e empregabilidade.

Como pudemos observar e registrar, no Distrito está ocorrendo a ocupação de algumas áreas rurais para a instalação de Condomínios e pesqueiros. Espaços que, segundo relatos de moradores, eram explorados por uma agricultura familiar, e que devido o fim desse ciclo econômico, está sendo substituído pelo turismo de lazer (pesca e descanso). É oportuno lembrar que Corrêa (2005, p.16) enfatiza que:

Os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja mais remunerado possível, especialmente uso comercial e residencial de status. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural [...].

Desse modo, compreendemos que diante desse processo de refuncionalizações no espaço, são necessários investimentos que integrem todos os envolvidos para que não haja um desequilíbrio espacial, econômico e populacional, em que determinado setor se sobressaia em detrimento de outros (JUANICO, 1977).

Juanico (1977, p. 26) salienta a importância de projetos que visem a “concentração de esforços desenvolvimentistas em pequenas cidades, selecionadas de acordo com seus respectivos potenciais de crescimento na paisagem geográfica [...]”. Entretanto “esses esforços” devem seguir um planejamento efetivo para que haja um equilíbrio entre os setores econômico e social, como a agricultura e serviços, com o objetivo de contrabalançar os recursos.

O autor (1977) destaca que diante de um quadro de expressivo êxodo rural e diferenciações espaciais, são necessárias propostas que visem amenizar os problemas e dificuldades das pequenas cidades. Essas ações devem ser cuidadosamente elaboradas, para que não haja investimentos em determinadas áreas em detrimento de outras. Medidas que considerem principalmente as raízes históricas, paisagísticas e geográficas do lugar (JUANICO, 1977) poderiam dar um novo rumo à forma pela qual estão se consolidando as transformações socioespaciais no Distrito.

Retomando a questão da geração de empregos, observa-se que essa refuncionalização não vem acompanhada de uma melhor qualidade de vida, que o trabalho informal está aumentando e que pouco se tem feito para reverter esse quadro. Basta nos reportarmos à Tabela 1 que evidencia um aumento considerável de pessoas atendidas por políticas assistencialistas versus baixo rendimento salarial mensal.

Outro complicador da situação no Distrito se refere ao impacto ambiental causado por esses novos empreendimentos, o que nos remete ao que é sustentado por Rodrigues (1997, p. 63): “nos novos espaços do turismo [...] consome-se destruindo e produzindo. Objetos naturais vão transformando-se em objetos sociais no processo de valorização do espaço”.

As novas relações que se travam nesse espaço influenciadas pelos inúmeros fatores que o impelem a se transformar, dentre eles o turismo, faz-nos refletir sobre os novos rumos e estabilidade que permeiam tanto a esfera social como o próprio meio. Assim se faz mister haver a elaboração de planos de desenvolvimento para os pequenos núcleos urbanos que tem novos recursos a serem explorados (como os paisagísticos) a fim de contrabalançar as desigualdades socioespaciais e suas decorrências como o êxodo populacional (JUANICO, 1977).

4. A CULTURA E O LAZER DO POVO GARDENIENSE

4.1 As festas tradicionais religiosas

As festas tradicionais e os novos eventos criados para o turismo (Fest Peixe e Festa do Tropeiro) são divulgados atualmente através do calendário de eventos do município e também pelo “Catálogo do Circuito Oeste Rios”.

As tradicionais festas religiosas nas quais a população homenageia seus santos padroeiros (São Sebastião, São Benedito e Nossa Senhora Aparecida) são destaque no Distrito de Gardênia. São distribuídas durante o ano de acordo com o calendário religioso: São Sebastião em janeiro, São Benedito em maio e Nossa Senhora Aparecida em outubro.

A festa de São Sebastião é a mais antiga e se iniciou no ano de 1918 como relata a filha de um pioneiro:

[...] meu avô tinha plantado em 40 alqueires de milho, feijão e abóbora, mas veio um longo período de seca... um dia quando ele foi à roça viu a lavoura toda ressecada... a roça de milho estava com as folhas todas acochadas pelo sol, parecia que tudo estava perdido... então no desespero ele se prostrou no chão ajoelhado e fez o pedido a São Sebastião que se chovesse faria em agradecimento um terço e daria janta aos anjos (crianças). Dali três dias a chuva começou a cair...[...]
(Informação verbal. Entrevista realizada em julho de 2011)

Explicou também que inicialmente seu avô realizou por três anos consecutivos a festa, todo dia 20/01 de cada ano, data em que se comemora o dia do santo, até que por motivo de mudança de seu compadre para a água do Matusalém, pertencente ao município de Maracaí-SP, a festa então se dividiu, ficando Gardênia celebrando-a no dia 19/01 e Matusalém com o dia 20/01, já que para o precursor “a festa não poderia sair dos arredores de Gardênia”.

Essa festa (Figura 37) é a mais atrativa e conhecida de Gardênia, recebe um grande público tanto da região como de outras partes do estado, servindo de referência para o local.

Figura 37 - Distrito de Gardênia-Festa de São Sebastião/Missa (2011)



Fonte: Arquivo pessoal da família Bueno Silva (2011).

Com duração de nove dias consecutivos, a família festeira “abre as portas de sua casa”, realizando - na parte religiosa - novenas e missas e na parte recreativa, bailes, apresentação de cantores regionais, leilões e uma variedade de alimentos. A culminância se dá no dia 19/01, com a tradicional procissão com os fiéis carregando o andor de São Sebastião, entoando cânticos religiosos antigos, como demonstra o trecho a seguir:

Glorioso mártir São Sebastião,
dai aos seus devotos firme proteção,
[...] da peste, o flagelo, a fome e a guerra,
Por sua bondade afastai da terra [...] (Trecho da ladainha cantada pelos fiéis)

Ao término da procissão, se dá o ritual de “coroação” do próximo festeiro, do ano seguinte, hoje não mais sorteado e sim indicado.

O que torna essa festa diferenciada das outras é que parte das prendas angariadas é revertida em alimentação gratuita para o povo sendo que nas outras festas tudo o que é arrecadado é vendido, para fins de custeio da capela e da paróquia. O papel do padre é de mediador, pois a maioria das decisões, como iniciativas sobre a variedade de alimentos e as arrecadações de prendas, fica sob o encargo da família responsável pela festa. Essa organização e o desfecho festivo baseados na participação efetiva da população local e demais

municípios indica que esse é o principal fator da grande atração da festa de São Sebastião nela se mesclando e interagindo todas as classes sociais.

Sobre a Festa de São Benedito (figura 38) relatos dão conta de que por volta de 1930, no mês de maio, um pioneiro que tinha como devoção este santo, doou uma área de terra para a construção da segunda capela e, após procissão em carro de bois, fixou um cruzeiro de madeira que fora construído em sua fazenda. Desde sua gênese e até os dias atuais a quermesse tem fins lucrativos, justificado para o custeio da capela, pois já se pensava em construir uma terceira capela de alvenaria, o que se concretizou com um mutirão comunitário em 1959.

A partir dessa data, a festa de São Benedito se efetivou, transpôs gerações, modificou-se em sua forma - pois não se faz mais o sorteio dos festeiros como antigamente - mas não perdeu o seu sentido para a população. Atualmente também faz parte do calendário de eventos do Município (SEBRAE, 2005) atraindo grande público da região.

Questionada sobre o porquê de se comemorar São Benedito sempre no mês de maio, uma moradora devota informou que a data certa é dia cinco de outubro, mas a festa se transferiu para o dia treze de maio, data que se comemora a abolição da escravidão: “pois o santo representa os escravos... você pode ver pela cor dele... é pretinho”. (Informação verbal. Entrevista realizada em julho de 2011)

Figura 38: Distrito de Gardênia - Festa de São Benedito – procissão (2011)



Fonte: Arquivo pessoal da família Bueno (2011).

De acordo com os relatos de uma moradora a festa em homenagem a Nossa Senhora Aparecida (Figura 39), também faz parte do calendário das festividades (SEBRAE, 2005), com início na década de 1980 por iniciativa de dois moradores que coordenaram, por alguns anos, um grupo de jovens na realização das festas. A mesma moradora disse com pesar, que atualmente não são mais os jovens que a organizam, pois eles “[...] não tem mais interesse em assumir a festa... se os mais velhos não tomarem a frente não sai nada...”. (Informação verbal. Entrevista realizada em julho de 2011).

Figura 39 - Distrito de Gardênia- Festa de Nossa Sra. Aparecida/procissão (2011)



Fonte: Arquivo pessoal da família Bueno (2011).

O relato da moradora com relação à discreta participação da juventude na organização da festa de Nossa Senhora atualmente, diferentemente de épocas precedentes, pode ser melhor compreendida ao analisarmos a Tabela 4.

Tabela 4 - Distrito de Gardênia- dados percentuais de longevidade (2000 – 2010)

Faixa Etária	Censo 2000		Censo 2010	
	População	%	População	%
0 á 4	65	7,1%	38	4,7%
5 á 9	74	8,1%	53	6,5%
10 á 14	70	7,6%	62	7,7%
15 á 19	89	9,7%	62	7,7%
20 á 29	144	15,7%	98	12,1%
30 á 39	150	16,4%	113	13,9%
40 á 49	94	10,3%	126	15,5%
50 á 59	121	13,2%	95	11,7%
60 á 69	72	7,9%	104	12,8%
70 á 79	30	3,3%	50	6,2%
80 ou +	6	0,7%	10	1,2%
Total	915	100%	811	100%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 2000 e 2010. Org. Souza, 2012.

Ao analisarmos a tabela 4, com dados de um interstício de uma década (2000-2010) podemos verificar que houve um desequilíbrio etário, com um decréscimo tanto de jovens e adultos com idades de 15 a 39 anos e de 50 á 59 anos.

De maneira geral, percebemos que a maior percentagem é de adultos com idades de 40-49 anos e idosos acima de 60 anos. Esse fato nos faz inferir que, pelas poucas oportunidades de emprego formal, a população ativa mudou-se para outros municípios, permanecendo no Distrito os aposentados que já tem sua estabilidade financeira garantida.

O reflexo dessa maior concentração de adultos e idosos no Distrito é refletido, neste caso em específico, nas atividades culturais, pois não garante mais que as tradições perdurem ou possa ser vivenciada por gerações futuras, como comentou a moradora citada.

Além das festas religiosas que atraem grande público de toda a região, o futebol também é tradição em Gardênia, sinônimo de orgulho e conquista da população. Segundo relatos de um morador que foi por 25 anos presidente do Gardênia Futebol Clube, “tinha partida de futebol sempre, vinham times da região jogar com a gente, e nós também saíamos para jogar fora...mesmo que em campo improvisado (Informação verbal. Entrevista realizada em agosto de 2011).

Na gestão do prefeito Manoel Severo Lins, em 1968, a pedido da comunidade, foi instalado definitivamente o campo de futebol, sendo ele uma das poucas opções de esporte da comunidade.

4.2 Os novos eventos criados para o turismo

Outros eventos mais recentes como “Fest Peixe” no mês de abril e a “Festa do Tropeiro” em setembro, criados a partir do levantamento de potencialidades turísticas do local (Projeto Circuito Oeste Rios) também já estão inseridos no cronograma dos eventos do Distrito e têm grande aceitação, contando com participação da comunidade.

O Fest Peixe (Figura 40), de acordo com relatos do atual presidente da festa, teve início em abril de 2003, por iniciativa de um grupo de moradores do distrito, com o apoio da Prefeitura Municipal de Rancharia e comemorou, no ano de 2011, a sua 7ª edição.

Inicialmente, por quatro anos consecutivos, a festa se realizou no Pesqueiro Recanto do Sivuca, pertencente a um dos membros da organização do evento que, por falta de estrutura para a realização da festa, cedia sua propriedade. A partir de 2010 o evento passou a ser realizado num terreno municipal nas margens da Represa Capivari.

Segundo relatos de um membro da comissão, esse evento é muito importante para o Distrito, pois o tornou conhecido e recebe um grande público da área da pesca, tanto da região como de outros estados, como o Paraná:

Agora temos um local para a realização da festa... por enquanto não tem denominação nem infraestrutura... mas já está sendo arborizado... a rede elétrica já foi instalada... falta muita coisa ainda, mas pouco a pouco vai sendo implantada... nesse mesmo local poderá realizar outros eventos além desse” (Informação verbal. Entrevista realizada em agosto de 2011)

Figura 40: Distrito de Gardênia- Fest Peixe (2011)



Fonte: Arquivo pessoal da família Silva.

Este evento consiste em um torneio de pesca, no qual os pescadores inscritos (no ano de 2011 foram cerca de 60) vão para a represa por um tempo pré-estabelecido: largada às 08:00 hs e chegada às 16:00 hs. Durante esse tempo os competidores, dependendo de sua necessidade poderão voltar apesar da cronometragem ser ininterrupta. Nesta modalidade de competição, antes da largada os barcos são vistoriados por fiscais para que não haja descumprimento das regras. O que é avaliado para fim de premiação é o peixe com maior peso e no de ano de 2011, a espécie premiada foi o tucunaré (espécie não autóctone). Toda a premiação deste evento é obtida através de patrocínio, tanto do comércio local como da Prefeitura Municipal de Rancharia.

A preocupação dos organizadores com a necessidade de investir em infraestrutura é evidente, mostrando-nos que têm consciência de que para alcançar bons resultados com esse novo empreendimento, há necessidade de investimentos e colaboração da sociedade com o poder público municipal. Para que esse desejo se torne realidade, informou um membro da Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer (SECTEL) que há projetos para que o município de Rancharia - SP receba o título de Estância Turística e que medidas como investimentos em infraestrutura no mais diversos setores (recapeamento, iluminação, restauração de prédios, sinalização) estão em andamento.

A Festa do Tropeiro, também é um evento de grande repercussão na região e que atrai um público diversificado, tem em suas raízes a lida com a pecuária. Essa festa teve

início em setembro de 1996 por iniciativa de um tradicional morador do distrito, que motivado a reviver e resgatar sua extinta profissão de tropeiro, realiza esse evento anualmente no mês de setembro.

A satisfação e emoção do referido festeiro ao realizar o evento é explícita em seu relato, em que demonstra admiração por essa atividade:

Desde os cinco anos de idade eu já lidava com o gado... foi isso que meu pai ensinou... antes de constituir família ele tinha sido tropeiro... ele me ensinou o trabalho desde cedo... fugi da escola aos doze anos para trabalhar... meu sonho era sair na estrada para tocar boiada... ficava na beira do estradão esperando as grandes comitivas passar... aqui tinha dois pousos de boiada... um na beira do rio Capivari e outro na fazenda a frente... hoje tomada pela cana – de- açúcar... um dia descii a beira do rio só para perguntar para o cozinheiro e para os peões... sobre o que eu precisava para se montar uma comitiva... eles me explicaram... e guardo até hoje... disseram que o mais importante era eu ter um cargueiro... mas como eu não tinha condições de comprar... tive que cair no estradão a trabalho para os outros e não por conta própria... eu tinha paixão por essa vida... fiquei nesse ramo por três anos... daí veio o progresso e começou a atrapalhar... os caminhões... as estradas... começaram a substituir a nossa função... mas tudo isso não me desanimou... apesar de saber que somente nos confins de Mato Grosso... em Alta Floresta... eu poderia encontrar trabalho... eu sempre fiz tudo relacionado com a lida... rodeio, doma, tourada... até já dei cursos... então foi aí que eu fiz uma intenção para comprar o tal do cargueiro... que é na verdade um burro ou mula... acompanhado de toda a traia necessária... na época muito caro... então me frustrei... resolvi ir embora para o Mato Grosso de vez... combinei com alguns amigos do local e da região que eu faria uma festa de despedida... isso em 1996... eu queria além de me despedir, homenagear todas as pessoas que gostavam dessa vida... pois aqui era a principal atividade da época... a festa foi um sucesso me surpreendi... achei que viria somente os meus amigos... daí me lembro... deu um público de um pouco mais de cem pessoas... foi emocionante... cheguei a ir para Mato Grosso depois... como não deu certo a comitiva, mudei de ramo... passei a comprar tropa para vender para os frigoríficos King Mit e Rei do Gado do estado do Paraná, que exportavam carne de cavalos... com o tempo os frigoríficos fecharam... minha saúde não era das melhores... então resolvi voltar... e uma forma de representar e cultivar essa tradição é através da festa como vocês poderão comprovar agora dia sete próximo... me emociono e me sinto realizado [...].(entrevista realizada em agosto de 2011, informação verbal)

As rotas das boiadas eram estrategicamente traçadas pelas rotas das frentes pioneiras e muitas delas pernoitavam nas terras do Distrito de Gardênia. A mesma referência é feita por Monbeig(1984) expondo em seus estudos que a região de Iepê além de rotas de boiadas tinha muitas invernadas para a criação e a engorda do gado, as quais serviam de escala para os grandes rebanhos que circulavam na região. As formas de condução da boiada, narradas pelo ex-boiadeiro, também podem ser apreciadas em Monbeig (1984):

[...] Um espetáculo comum é o encontro de uma boiada de várias centenas de animais, mil no máximo, guiados por uma escolta imutavelmente constituída. O chefe, também chamado capataz ou comissário, decide as etapas e negocia o rebanho, seja por conta própria ou por conta de terceiros. Ele precede cortejo, acompanhado por um sinaleiro, o ponteiro que ao som de uma trompa, avisa os camaradas sobre as paradas ou as travessias dos ribeirões. Os guias, cujo número depende do tamanho do rebanho, colocam-se a frente ou dos lados e o chave fica na “retaguarda”. Vem que tem a seu cargo os bezerros, às vezes nascidos durante a viagem e incapazes de acompanhar a tropa. Um personagem muito importante, o cozinheiro, fica dispensado do trabalho e, partindo sozinho à frente vai preparando o acampamento para seus camaradas [...] o capataz fixa a marcha para o dia seguinte, de acordo com o estado do gado, seu conhecimento dos pousos e as informações recebidas sobre as situações dos pastos [...] (MONBEIG, 1984, p. 306).

Com a fim do ciclo do algodão, a modernização da agricultura e a tendência a novos investimentos, as festas tradicionais assumem importante papel de preservação da cultura popular e resgata, de forma representativa, antigas atividades econômicas (Figura 41) que em outras décadas foram destaque no Distrito.

Figura 41- Distrito de Gardênia- Criação de gado (1971)



Fonte: Arquivo pessoal da família Rodrigues Camargo (2011)

O árduo ofício de tropeiro, mesmo que atualmente esteja extinto, pode ser revivido e transmitido às outras gerações, através desta festa representativa (Figura 42), que consiste num desfile dos tropeiros vestidos a caráter, bois e tropas de mulas como os daquela época, sempre no dia sete de setembro e em parceria com a fanfarra da escola.

Figura 42 – Distrito de Gardênia - Festa do Tropeiro/ desfile representativo (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Nesse desfile, as diversas comitativas da região vêm prestigiar o evento, trazendo seus familiares de várias idades; como relatou um ex-boiadeiro de uma comitiva de Maracaí- SP:

Sempre lidei com tropa... e também ensinei meus filhos... apesar de não trabalharem nesse ramo sempre participamos desses eventos em toda região... é uma forma deles vivenciarem o que vivi... você sabe que hoje tudo é diferente... na época eu não gostava de ser ponteiro... achava muito perigoso... mas quando o capataz colocava ordem tinha que obedecer né... o que eu gostava era de ir na culatra... toquei boiada até 1969... lembro de uma boiada de 1500 bois que veio de Mato Grosso desembarcou em Iepê e fomos até Ourinhos tocando... Quando entrou o asfalto... já foi cortando essa empreitada. (Informação verbal. Entrevista realizada em setembro de 2011)

Os vários membros das comitativas que nos fizeram relatos consideram o progresso (a introdução dos caminhões e a pavimentação dos eixos rodoviários) como propulsor da decadência das atividades das comitativas. Entendem que esse fato é natural do mundo moderno, mas mesmo assim não querem perder suas tradições. Na primeira oportunidade vão em busca de reavivar essa tradição , mesmo que de forma momentânea, forma essa que é representada não só na lida, mas também nos trajes (guaiaca e calça de

couro) e na culinária (arroz carreteiro, farofa de carne seca) , pois no cronograma da festa há também um almoço comunitário (Figura 43).

Figura 43: Distrito de Gardênia- Festa do Tropeiro- confraternização (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Além do caráter cultural, os eventos contribuem com o desenvolvimento e manutenção do pequeno comércio local. Os estabelecimentos reforçam seus estoques e preparam-se para atender os visitantes, utilizando-se de diversas estratégias, como por exemplo, exposição das mesas e de produtos nas calçadas.

Reúnem-se os vendedores autônomos (ambulantes) que vêm de outras regiões como Assis e Paraguaçu, especializados em vender produtos como água de coco, algodão doce, suco concentrado, bebidas e lanches. Desses comerciantes autônomos é cobrada uma taxa fixa pelo dono do evento, para que eles possam explorar a atividade na chácara onde se realiza o rodeio e as provas de laço.

Consideramos importante que as políticas públicas e projetos turísticos que tem como objetivo desenvolver e fortalecer a região (BRAUN, 2011, apud SEBRAE, 2010, p. 10), garantam e apoiem, por meio de recursos e capacitações, a comunidade local para que ela possa se inserir nesses eventos.

5. MOBILIDADE, BENS COLETIVOS E PRIVADOS NO DISTRITO DE GARDÊNIA.

5.1 Mobilidade

A questão da mobilidade da população do Distrito tratada neste capítulo se baseará em observações (pesquisa de campo), relatos de alguns moradores, análise qualitativa e quantitativa dos bens e serviços oferecidos. Para identificar os meios e a amplitude desses serviços – ínfimos, mas necessários – e sua melhor compreensão nos reportaremos aos trabalhos de Vicente (2011), Endlich (2009) e Roma (2008).

Assim, diante da importância desse elemento para a população consideramos que as interações espaciais, a acessibilidade e a mobilidade estão inter-relacionadas, e que “[...] devem ser vistas como parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço [...]”. (VICENTE, 2011, p. 87, apud CORREA, 1997, p. 280).

Há nessa lógica da mobilidade, portanto, um conjunto de variáveis que impulsionam a dinâmica dos deslocamentos, tanto nas grandes cidades, como no caso específico, dos pequenos núcleos urbanos. Ir além dos limites distritais ou municipais, abre a possibilidade de novas interações socioespaciais. Assim, por meio de quantificação e qualificação poderemos analisar quais e quantos são os meios (modais) de mobilidade oferecida e como os distintos grupos sociais inseridos no espaço em foco satisfazem suas necessidades de interação.

Dentre os mais variados elementos a serem abarcados que envolvem o deslocamento de pessoas, tomaremos como referência inicialmente a análise qualitativa, traçando, para melhor compreensão, um recorte histórico abrangendo o período desde a década de 1950 até a atualidade, amparados, além dos aportes teóricos, em registros históricos (fotografias) e relatos.

Diante do exposto, é relevante compreendermos que a configuração de uma localidade, condicionada por seus mais diversos fatores (políticos, sociais e econômicos) determina os níveis de acesso e que, dependendo da estrutura estabelecida, pode se tornar barreira a outros espaços (VICENTE, 2011). Analisando o material recolhido (fotos e relatos), notamos que desde as décadas passadas, a mobilidade esteve estritamente relacionada aos

modos de vida, à condição social e aos serviços oferecidos meios de consumo coletivo e meios de consumo privado. Na época em que o Distrito teve seu auge econômico e demográfico impulsionado principalmente pela pecuária e pelo cultivo do algodão (década de 1950), os meios de transportes utilizados pela população local eram animais (Figura 44), carros de bois, carroças e uma minoria privilegiada possuía os veículos automotores modelos da época (jipes e caminhões Ford- F 100). Portanto, a mobilidade era restrita e desigual.

Figura 44 - Distrito de Gardênia - Meios de transporte (1950)



Fonte: Arquivo pessoal da família Alves Lima (2011).

Os poucos moradores que possuíam veículos motorizados, ficavam encarregados de se deslocarem até as cidades da região, para abastecer o comércio local de produtos que não eram produzidos no distrito (querosene, gasolina, farinha de trigo, chumbo, fósforo, peças de panos, fumo de corda, etc.). Esses “encarregados”, quando não eram proprietários dos estabelecimentos, cobravam frete dos que encomendavam as mercadorias. apesar de que na ausência e na impossibilidade de pagar fretes à população ia a pé ou utilizava o meio alternativo que tivesse (carroça, carro de bois).

Devido a essas limitações, a população não tinha o hábito de se deslocar frequentemente para regiões mais longínquas, exceto no caso de viagens para rever entes que ficaram em outros estados, na entrega de boiadas (comitivas), para comercializarem excedentes ou para regresso à terra natal.

Os relatos dos entrevistados vêm antecipar nossas evidências de que, não muito diferente da atualidade, a mobilidade e a acessibilidade da população para outras localidades foi e ainda é dificultada tanto por fatores financeiros como pela falta de transportes coletivos,

sujeitando a população aos mesmos trajetos e às mesmas localidades, demonstrando um quadro geral de desigualdade (VICENTE, 2011).

No final da década de 1950 a mobilidade da população do Distrito entre as cidades da região foi em parte facilitada. Foram instaladas três empresas de ônibus (Figura 48) pela iniciativa privada. Apesar de não oferecerem nenhuma segurança para os passageiros, conforme podemos constatar na figura 45, o itinerário possibilitava interação entre Iepê/ Rancharia, passando pelos Distritos de Gardênia e Alegria (atual Agissê). A outra linha ligava Iepê a Gardênia - Paraguaçu (SILVA, 2006). A respeito do transporte coletivo da iniciativa privada, acrescentou também uma moradora, que seu pai, tinha uma empresa que fazia o itinerário Gardênia/Assis, com um único horário estabelecido, funcionando apenas em dias úteis: “meu pai conta que aqui tinha muita gente que vinha para trabalhar na roça... muitos de outras regiões... que desembarcavam em Assis... outros também sempre traziam parentes para trabalhar... outros iam para comprar mantimentos [...]”. (Informação verbal. Entrevista realizada em setembro de 2011).

Figura 45 - Distrito de Gardênia- Ônibus da linha Iepê/ Gardênia /Alegria/Rancharia (1950)



Fonte: Silva (2006, p. 479)

Essas informações muito relevantes acerca dos deslocamentos de pessoas vêm validar as constatações de Vicente (2011) sobre a influência das cidades maiores sobre as outras menores e sobre as pessoas, limitando-as aos mesmos destinos impostos pela mobilidade oferecida. Desta forma, segundo as nossas constatações, a população desde a implantação de alguns incipientes modais, além de não ter segurança, ficava sujeita aos

mesmos trajetos e às mesmas cidades (Gardênia/Rancharia, Gardênia/Paraguaçu Paulista e Gardênia/Assis).

Como bem lembra Vicente (2011, pág. 90), uma infraestrutura eficiente/eficaz é fundamental para a mobilidade nos diferentes espaços, e dela dependem, restrições temporárias ou definitivas à população. Por restrições temporárias, podemos citar os períodos chuvosos, que eram penosos, devido às características do solo (terra roxa) e a ausência de estradas devidamente cascalhadas e/ou pavimentadas. A restrição definitiva implica na incapacidade de poder interagir com uma organização espacial diferenciada socialmente (VICENTE, 2011), negada pelo fator econômico.

A constatação das adversidades enfrentadas pela população de pequenos núcleos urbanos é exposta por Endlich (2009, p. 163) que afirma que os assentamentos humanos precisam ser pensados juntamente com a capacidade de deslocamento da sociedade, e que a população é mais ou menos afetada, dependendo da posição que ocupa na composição da rede urbana e dos circuitos dos quais pode participar.

Ainda no que se refere à infraestrutura, no caso específico de pavimentação das estradas, a rodovia Raposo Tavares, 17 km distante do Distrito, recebeu esse benefício na década de 1960, sendo que desde sua abertura é uma importante via de deslocamento para as mais diferentes regiões do Brasil. A pavimentação da vicinal Pedro Carlos de Souza, via de acesso ao Distrito de Agissê e à Rodovia Raposo Tavares se realizou em meados da década de 1970 e a Rodovia Jorge Bassil Dower, também via de acesso a diversos municípios dos estados de São Paulo e Paraná, foi pavimentada em meados da década de 1970. Assim, apesar das melhorias com relação às facilidades de tráfego (pavimentação), se comparado às épocas precedentes, o mesmo não ocorreu com a diversidade de meios de transportes oferecidos à população. Conforme já exposto, os meios de mobilidade (ônibus) antigamente ofereciam mais alternativas de interações espaciais do que atualmente.

Atualmente as linhas de transportes coletivos são duas: uma pertence a uma empresa particular local e a outra, Turismar, é do município de Marília. Segundo o proprietário da empresa local, ele recebe uma quantia da prefeitura para que esse serviço seja garantido, custeando o gasto mensal com o combustível. Seu itinerário se restringe a Gardênia/Agissê/Rancharia, frisando que também atende à demanda da população rural que se desloca até as estradas (vicinais / Rodovia Raposo Tavares e Brigadeiro Eduardo Gomes), rota do micro ônibus. Esse serviço funciona de segunda a sábado, exceto domingos e feriados, com apenas um horário estabelecido (saída de Gardênia às 7h00 horas e retorno às 16h00 horas).

A outra linha coletiva pertence à empresa Turismar de Marília, funciona de segunda a segunda fazendo o itinerário Iepê/Gardênia/ Paraguaçu Paulista/ Marília, também com um único horário estabelecido: saída de Gardênia às 08h30min e retorno às 18h00 horas.

Concluimos que o fator que contribuiu ainda mais com o processo de imobilidade da população do Distrito foi a desapropriação e desativação do Posto Tronção (Figura 46), determinado pelos decretos estadual nº 29.733, de 9 de março de 1989 e nº 42.325, de 8 de outubro de 1997, sob a justificativa de que a área é necessária ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER).

Figura 46 - Localização do extinto Posto Tronção



Fonte: Google. Org. Souza, 2011.

Havia, na vigência de funcionamento do posto, várias escalas de empresas coletivas de ônibus para diferentes cidades da região e para a capital do estado. Com a

desativação do posto essas empresas deixaram de oferecer seus serviços, dificultando o deslocamento que se tornou complicado e custoso para os moradores do Distrito.

Devido aos poucos serviços de transporte coletivo oferecidos no Distrito foram criadas três empresas particulares de táxi para suprir a demanda de modais de circulação. Segundo relatos dos motoristas, essas empresas atendem um público diversificado, para as mais diversas necessidades como: receber aposentadorias, visitar parentes, ir ao médico, fazer compras, lazer, etc.

Quanto à mobilidade relacionada à educação os alunos, tanto da zona rural como urbana, dos níveis da educação infantil ao ensino médio, são atendidos pelo sistema de transportes municipais. Ressalve-se que o transporte público de alunos de nível superior é destinado à Faculdade de Rancharia (FRAN), cujo dono é o prefeito, ficando os demais estudantes das diversas faculdades de Presidente Prudente dependendo, para sua locomoção, do transporte de empresas particulares.

Assim, podemos concluir que, apesar do distrito de Gardênia estar privilegiado com relação a eixos rodoviários (Raposo Tavares, Jorge Bassil Dower e vicinais) e com as respectivas distâncias entre as principais cidades consideradas médias adequadas, a mobilidade só é facilitada para os habitantes que possuem automóveis ou que podem arcar com seu custo.

A mudança das atividades econômicas ocorrida no Distrito refletindo na perda significativa da população rural e no desemprego, por exemplo, vem confirmar que a existência de boa posição geográfica e de dinâmicos eixos rodoviários não são garantias de manutenção da dinâmica do lugar e que é coerente considerar outras variáveis como os papéis desempenhados nesse âmbito (ENDLICH, 2009).

A mesma consideração é feita por Roma (2008, p. 97) ao expor que “a circulação do capital pouco depende da posição geográfica [...], porém, no que se refere a bens materiais, a posição geográfica é muito relevante”.

A autora (2009) salienta também que o automóvel facilitou a mobilidade, mas não de forma generalizada e que:

Quando a mobilidade é dificultada, ora pelo isolamento, ora porque os moradores pertencem predominantemente a um segmento social que não pode ter acesso à mesma distância horária daqueles que contam com o automóvel, tais localidades figuram ainda como principal centro comercial. Isso amplia a relevância das pequenas cidades [...]. (ENDLICH, 2009, p. 170).

Assim compreendemos que uma localidade que seja em parte bem localizada, mas que ao mesmo tempo seja carente de meios que ofereçam mobilidade e possibilidade de interações socioespaciais pelas camadas sociais desprivilegiadas, faz-se necessário lançar propostas que venham atender a esse contingente que não tem a mesma acessibilidade que os demais. Evoluir na demanda de seus serviços de consumo mínimos é uma das formas de possibilitar o acesso à mesma diversidade de produtos dos grandes centros, a fim de garantir melhor equidade e qualidade de vida (ENDLICH, 2009).

Outro viés fundamental é a conscientização, por parte do poder público municipal, de que garantir mobilidade por meio de um sistema de transporte público coletivo que considere as diferentes classes sociais é uma das formas de equalizar o direito de escolha e acesso aos diferentes espaços em suas múltiplas escalas. A restrição desses serviços obriga a população a recorrer a serviços privados, como tivemos conhecimento, e essa situação não é cabível na busca por uma sociedade mais democrática (VICENTE, 2011).

5.2 Meios de consumo coletivos e privados no distrito

Neste subcapítulo busca-se descrever e analisar quais eram e quais são os serviços oferecidos à população do Distrito desde a década de 1950 até aos dias atuais. Conforme afirma Endlich (2009), “o declínio da sociedade rural é acompanhado por mudanças no consumo, pois junto com ele diminuiu a produção para a subsistência e o costume de adquirir somente o mínimo nos estabelecimentos comerciais”. (ENDLICH, 2009, p. 158). Essa constatação está de acordo com o que afirmam os moradores pioneiros e os registros (fotos) sobre o comércio em geral no distrito.

Na década de 1950, havia em torno de 25 estabelecimentos de diversos gêneros, como açougues, máquina de beneficiar, bares (Figura 47), sorveterias, dentista, sapataria, selaria, armazéns, lojas de tecidos, cadeia, cartório, farmácias, pensão (Figura 48), laticínio, serraria, etc.

Complementou ainda o mesmo morador, que:

No final da tarde o movimento era intenso... os trabalhadores da roça vinham em busca de mantimentos e bebidas... era aquele alvoroço... animação... depois que o pessoal começou a se individar e largar a lavoura... o povo começou a ir embora e

agora está desse jeito que você vê... tudo parado [...] (Informação verbal. Entrevista realizada em agosto de 20011)

Figura 47: Distrito de Gardênia-Bar Central (1952)



Fonte: Arquivo pessoal da Família Alfredo dos Santos (2011)

Esse dinamismo expresso nos relatos e materializado no número de estabelecimentos que ainda existem, é compreendido como parte integrada de uma época e seus papéis inseridos na conformação daquele espaço (ENDLICH, 2009).

Após a decadência da agricultura, revelando “instabilidade na produção do espaço e seus resultados para a sociedade” (ENDLICH, 2009, p.95), modificaram-se as relações tanto de produção como as de consumo e as aspirações sociais. Os produtos antes vendidos em grandes quantidades nos armazéns foram substituídos por embalagens menores de acordo com a necessidade do consumidor, incluindo também uma variedade de enlatados, como revela Roma (2008):

As alterações no processo produtivo no campo circunvizinho, que alteram a estrutura agrária, provocando a diminuição da densidade demográfica e da demanda de bens e serviços para a população, atuaram no sentido de reduzir as funções centrais, as atividades de beneficiamento de produtos rurais e o comércio atacadista de distribuição de inúmeros pequenos centros que perderam seus mercados. Em outras palavras houve alcance espacial mínimo [...] A ampliação da acessibilidade corrobora para a perda da centralidade. (ROMA, 2008 apud CORRÊA, 1999, p. 48-49).

Figura 48 - Distrito de Gardênia - Pensão da década de 1950(atualmente residência)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Frisamos que, quando a mobilidade restringe o acesso da população que não pode arcar com o custo dos bens coletivos públicos e privados torna-se necessário que o poder público local implante medidas que garantam a essa clientela qualidade e diversidade desses serviços e desses produtos.

Baseando-nos em observações e relatos dos proprietários sobre os papéis desempenhados por cada estabelecimento na área urbana do distrito, verificamos que houve um paulatino decréscimo. Contabilizamos, no que se refere aos meios de consumo coletivo público, uma escola que atende da educação infantil (nível de pré-escola e não de creche) ao ensino fundamental; uma Estratégia de Saúde da Família (ESF), antigo posto de saúde, com um médico clínico geral e uma dentista, que atende três vezes por semana; quatro igrejas, sendo uma católica e três protestantes; área de lazer com poucas alternativas: um campo de futebol, uma quadra coberta (na escola), dois salões de festas - que são utilizados ocasionalmente, como nas festas tradicionais - um cartório, uma academia de ginástica que seria em benefício da comunidade e está exposta às intempéries e sem instrutor e sendo utilizada às vezes pelas crianças, já que o parque encontra-se em péssimas condições; duas linhas de transporte coletivo com horários inflexíveis e sem alternativas de outras interações. Ainda sobre a área de lazer, alguns moradores relataram que tem um projeto para a construção de um balneário às margens da Represa Capivara que poderá oferecer mais alternativas de lazer à população.

Comparando-se com décadas precedentes concluímos que, apesar de limitados e de atender parcialmente às necessidades da população, os meios de consumo coletivos (transportes coletivos, saúde, educação) e privados (comércio em geral, terminais bancários) de certa forma melhoraram em qualidade. Por exemplo: o atendimento dentário, antes da instalação do antigo posto de saúde, era particular, precário, sem nenhuma medida de higiene, conforme relatos de uma moradora: “O dentista aplicava a anestesia nas pessoas utilizando a mesma agulha... mesma broca... ah... o que ele gostava era de arrancar os dentes e por dentadura... [...]” (Informação verbal. Entrevista realizada em julho de 2011). O farmacêutico, na ausência do médico, fazia as garrafadas, os escalda-pés e até as pequenas cirurgias. Os casos mais graves eram encaminhados para a sede do município (Rancharia), “quando o doente aguentava”, transportado tanto em carros de bois como em caminhões pau-de-arara.

Ao analisarmos esse conjunto de restrições do passado para traçar comparações, vemos que há muito que fazer e superar, reiterando a questão do atendimento médico especializado, uma vez que, todos os casos específicos, necessitam de encaminhamento para o município como para outras cidades/regiões. Sobre essa questão, uma funcionária da ESF relatou que houve interrupção do atendimento por parte da equipe que ficava encarregada de recolher sangue para análises, ressaltando que: “é uma judiação as pessoas saírem aqui de madrugada para colher sangue em Rancharia... muitos não têm condições financeiras e passam muita fome, frio... pois o mesmo veículo leva variados casos e daí a pessoa tem que ficar esperando” (Informação verbal. Entrevista realizada em agosto de 2011)

Acrescentou (a funcionária do ESF) que há também deficiência no que se refere ao transporte dos pacientes, pois há apenas dois veículos disponíveis, sendo que um deles está necessitando de reparos. A manutenção regular desses veículos é indispensável, principalmente pela distância significativa para um caso grave, por exemplo. Caberia uma ambulância equipada com aparelhos de emergência.

Com relação aos bens de consumo privado, foram quantificados treze estabelecimentos, sendo eles: um posto de combustíveis; uma loja de materiais para construção; uma loja de móveis; uma loja de confecções; duas lanchonetes, sendo que uma delas tem instalado em suas dependências um caixa de atendimento do Bradesco e na outra um cômodo reservado para jogo de snooker; dois mercados, sendo que um deles se diferencia por ter em suas dependências um açougue, e o outro por aceitar cartões magnéticos; seis bares; uma padaria articulada com um mini-mercado; um pequeno estabelecimento de jogos eletrônicos, que é aberto ocasionalmente, pelo fato de o proprietário trabalhar em épocas de

safrá (milho/soja) com seus maquinários; um ponto de lanche localizado na praça da igreja e um laticínio (Figura 49).

Figura 49 - Distrito de Gardênia - Laticínios Gardênia (2011)



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

O Laticínios Gardênia é uma empresa de base familiar local, que se instalou na década de 1970 e que se localiza na Avenida Joaquim Carlos de Souza, nº 60. Essa empresa, segundo informações de seu administrador, conta com a parceria de 45 produtores, tanto de Gardênia como de Iepê e Maracaí, que juntos fornecem no total de 1000 a 1500 litros de leite por dia, suficientes para a produção dos queijos.

A especialidade da empresa é produzir queijo prato e mussarela e, sendo assim, tem toda a infraestrutura necessária para a fabricação: laboratório de análises, prensas, tanque de preparo, esterilizador, caldeira, etc. A empresa segue as normas de segurança e higienização necessárias, contando para isso com cinco empregados, sendo todos registrados e do gênero masculino. A produção é absorvida em parte pelo comércio local, uma pequena parcela na venda direta para os visitantes dos fins de semana e para o comércio de Iepê e Rancharia.

Desse modo, baseando-nos nas observações e relatos, é necessário explicitar, que tanto os meios de consumo coletivos como os privados atendem apenas às necessidades básicas da população. Esse elemento resulta em duas consequências: uma parcela da

população que facilmente recorre à sede do município ou cidades da região para atender suas diferentes necessidades; a outra parcela não possuindo as mesmas condições de se deslocar e sem outras saídas, acaba se sujeitando aos serviços privados (táxi e ônibus) e/ou até se acomodando ao comércio local, que apesar de oferecer mercadorias com preços mais elevados do que as grandes redes, aceitam as compras a prazo, que são registradas em cadernetas apenas. Assim, destaca Roma, (2008, p. 77) que:

É justamente esse segmento social que sofre com a ação do poder público em decorrência das decisões referentes à implementação e à qualidade e/ou quantidade dos serviços públicos oferecidos. Sob uma perspectiva de racionalidade, atrelada ao compromisso social, o oposto deveria ser a regra: os serviços públicos serem destinados a facilitar e melhorar a vida daqueles cujo poder aquisitivo não é suficiente para prover-lhes condições de vida urbana razoáveis.

Diante do exposto, é imprescindível a ação efetiva do poder público municipal na sondagem das reais necessidades da população para coordenar e regularizar a política de implementação desses serviços (públicos e privados) para não acentuar novas disparidades no território (ROMA, 2008). Principalmente porque na realidade estudada comprovamos a dependência e concomitantemente, a carência de um sistema de transporte que ofereça várias possibilidades de deslocamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos explicitar como o Distrito de Gardênia vem tecendo as transformações de suas bases econômicas ao longo do tempo. Dessa forma, concluímos, conforme exposto no capítulo I, que os elementos impulsionadores que engendraram essas espacialidades teve um ciclo muito fugaz, típico de um espaço produzido por interesses do Estado e do capital, implicando e comprometendo a vida de todos os envolvidos nesse espaço.

Compreendemos também, ao interagirmos com o histórico do processo de ocupação da área pesquisada, que as bases sobre as quais é produzido o espaço são geridas por uma variada gama de agentes com interesses distintos que, dependendo das atividades econômicas do momento, contribuem para a concentração ou dispersão tanto de pessoas como dessas próprias atividades.

Portanto, ao retratarmos as atividades econômicas desenvolvidas, apreendemos que desde sua fundação, em 1934, até os dias atuais, estas se basearam na exploração desordenada dos recursos naturais, aos quais juntamente com todas as suas possibilidades técnicas, influenciaram para forças de dispersão/ concentração já explicitadas.

Esse processo reflete diretamente na configuração do espaço do Distrito, gerando reconfigurações e refuncionalizações, distintas daquela de sua fundação. Ressalvamos que os reflexos desses fenômenos são visíveis não apenas na nossa área foco de pesquisa, mas em todo o território, interferindo em todas as dimensões (econômicas, sociais, espaciais) seja de forma positiva ou não.

Nessa lógica em que os meios geográficos recebem conteúdos e arranjos diferenciados ininterruptamente, é relevante retratar as implicações desses processos nas pequenas cidades, aglomerados ou núcleos urbanos.

Assim, a contribuição dos estudiosos (ENDLICH, 2009; ROMA, 2008 e outros), foram fundamentais na definição mais cabível acerca da conceituação da nossa área pesquisada. A ressalva de Roma (2008) despertou-nos uma visão mais ampla para melhor conceituação do Distrito de Gardênia, considerando-se assim, dentre as várias dimensões ao classificarmos a cidade, as funções urbanas que essa localidade desempenha.

Portanto, apesar da escassez de pesquisas que abordem as pequenas cidades, consideramos que o Distrito de Gardênia é um núcleo urbano, também conhecido por alguns autores como centros locais. Dentre as diversas características, suas funções atendem apenas

às necessidades básicas da população, tanto no que refere aos meios de consumo coletivo como privado.

Nessa mesma linha de conceituação, segundo nossas análises e aportes conceituais, um centro local como o Distrito, possui funções urbanas simples, desempenhando papel de dependência no que se refere a serviços mais especializados em relação às outras localidades, principalmente no que se refere a profissionais especializados de um modo geral e serviços mais diversificados de bens coletivos e privados.

Enfim, pudemos apreender superando a visão simplista de que os pequenos núcleos urbanos não estão inseridos na lógica da efemeridade das relações socioespaciais. Mesmo “demonstrando que os níveis de suas funções estão no limite inferior da complexidade urbana” seu conteúdo socioespacial está se remodelando com refuncionalizações resultantes das atividades turísticas.

Conforme discurremos no capítulo dois a força indutora de novas territorializações no Distrito foi a decadência da agricultura de base familiar em pequenas propriedades, interpretada como fim do predomínio de um modelo econômico

Dispersos em diversas áreas do Distrito, os condomínios e as chácaras de segundas residências e também os pesqueiros dão outros matizes tanto ao meio rural como ao meio urbano. Inferimos, que o que concorre para essas transformações são decisões e influências externas ao local, assim como ocorre em diversas escalas na região e no interior do País.

O uso atual do espaço do Distrito por elementos diversos dos da sua fundação, é percebido com as transformações dos recursos naturais em meios de produção (turismo). Esse fenômeno é compreendido ainda, como “consumo improdutivo do espaço” (COSTA; MORAES, 1987) já que explora suas virtualidades (matas, rios, cachoeiras, etc.). Analisamos e retomamos que “essas virtualidades” mudam no decorrer do tempo e assim, no momento, a condição de produção econômica do Distrito baseia-se na exploração da atividade turística e na monocultura da cana-de-açúcar.

Nesse aspecto compreendemos que há um quadro complexo que exige rápida intervenção, principalmente pelos diversos conflitos de interesses que norteiam apropriação do espaço, envolvendo concomitantemente a dimensão social parte dessa totalidade, e revelados na configuração dos empreendimentos imobiliários.

Inferimos que a ocupação irregular local desprovida de um planejamento efetivo induz um processo segregativo amparado na valorização do espaço na área às margens da Represa Capivara. Dessa maneira, cada parcela do espaço no Distrito tem seu valor

condicionado à sua localização (MORAES; COSTA, 1987), resultando num afastamento da população local precedente da área que margeia a Represa que é a área mais valorizada.

Reiterando, essas relações como as vivenciamos, estão expressas na forma diferenciada da distribuição das residências de moradores locais e turistas de segundas residências. Esse processo vem se opor aos verdadeiros interesses de uma política pública efetiva que vise o desenvolvimento local e necessita de intervenções.

O turismo como nova tendência pode impulsionar a economia de um país, cidade e região, mas para que se efetive positivamente deve ser tratado com a devida importância sob a orientação de órgãos competentes (BRAUN, 2011) e não de forma desordenada como no Distrito.

Observamos ainda que o modo como está se estruturando a contínua transformação dos recursos naturais em meios de produção, tem visado à expansão do lucro de uma minoria apenas. Constatamos que a incorporação de investimentos imobiliários em áreas anteriormente ocupadas por atividades rurais, incita a valorização e a especulação do espaço (COSTA; MORAES, 1987). Paralelamente à exploração imobiliária segue-se, no meio rural, uma agricultura moderna com alto custo financeiro, impossível de ser sustentada por pequenos produtores (ENDLICH, 2009), em que a monocultura da cana-de-açúcar ocupa uma porcentagem considerável do espaço.

Pode-se concluir então, que o uso diferenciado do espaço desencadeado por um conjunto de fatores, foi substituído desde meados de 1980, pela monocultura da cana-de-açúcar causando a progressiva evasão da população, como apresentamos na tabela 3 e “retirando a forma de sobreviver de muitos ao subtrair-lhes suas pequenas parcelas de terra”. (ENDLICH, 2009, p. 96).

Frente ao caráter de efemeridade que envolve tanto o espaço como as relações nele estabelecidas destacamos, no capítulo três, que uma das formas da população local do Distrito reviver e manifestar ativamente suas tradições culturais é através das festas tradicionais e outros eventos advindos com o turismo de caráter econômico. Assegurar que essas manifestações perdurem é uma das responsabilidades dos agentes políticos de todas as esferas. Principalmente porque outras atividades culturais (cinema, teatro, artes plásticas, etc.) não são oferecidas à população e nem todos têm condições de buscá-las em outras localidades.

A criação de projetos sociais integrados à escola viria amenizar esse quadro de letargia com relação à oferta desses projetos. A ausência de profissionais especializados poderia ser sanada oferecendo-se oficinas de formação, contribuindo também na efetivação da

parceria escola/comunidade. É relevante que a educação esteja ligada e comprometida com a implementação de várias modalidades educacionais e culturais, com o esporte, as artes (plásticas / visuais), os cursos técnicos, EJA, etc. A educação com uma visão interdisciplinar é o fundamento imprescindível para a qualidade de vida de uma época em que as transformações socioespaciais estão num ritmo acelerado.

Também reconhecemos que as atividades turísticas podem promover a economia de um determinado local, mas não da forma como está se materializando no Distrito. O desordenamento e a falta de planejamento efetivo não estão integrando amplamente a população local com essa atividade. Mais uma vez reiteramos o papel da educação na sensibilização turística da população local. Essa sensibilização deve abranger o cuidado com o meio, a capacitação e incentivo às atividades artesanais e ao rol de possibilidades que a atividade turística oferece e todas essas ações devem ser geridas e supervisionadas por órgãos competentes.

No capítulo quatro retratamos a mobilidade e os serviços oferecidos no Distrito, os quais compreendemos como condicionadores das interações espaciais. Assim, nosso objetivo foi explicitar o que observamos e quantificar os modais oferecidos à população local, além das relevantes considerações teóricas acerca dessa dimensão.

Considerando que as interações espaciais são fundamentais no contexto do desenvolvimento da sociedade, compreender a atual mobilidade da população é uma das formas de analisar a qualidade desses serviços estabelecidos.

Como exposto, notamos que os modais oferecidos são insuficientes e, em comparação às décadas precedentes, apenas melhoraram na qualidade já que em quantidade diminuíram. Outra observação que está intrinsecamente ligada à mobilidade se refere às poucas alternativas de interação oferecidas sendo que os itinerários condicionam a população de baixa renda aos mesmos lugares.

Essa constatação é um tanto preocupante, assim como a ausência de serviços especializados (médico, dentista) e diversificados (comércio) acentua as desigualdades sociais, principalmente para uma parcela da população que não pode ter acesso a esses bens ou que para tê-los necessita buscar serviços privados.

Dentre as deficiências de atendimento no que se refere à área da saúde detectamos que, até o ano de 2009, havia transporte de pacientes encaminhados para especialistas intra e intermunicipal, com saída do Distrito. Mas, atualmente, esse serviço só é oferecido a partir da sede do Município (Rancharia).

Essa situação implica em descontentamento revela omissão dos agentes responsáveis e, além de expor os pacientes a todo tipo de desconforto (sono, fome, dor), torna a equidade e o bem estar social distante de ser efetivado. Essa mesma lógica também abrange o transporte escolar universitário.

Esse conjunto de adversidades tanto com relação ao mau gerenciamento da atividade turística, da saúde, etc., vem se contrapor a equidade social e ao desenvolvimento local e necessita de intervenção.

Compreendemos também que com base em observações e aportes teóricos (ROMA, 2008; LEÃO, 2011; VICENTE, 2011 e ENDLICH, 2009) que a posse de automóvel contribuiu para o deslocamento das pessoas, encurtou distancias e instigou novos modos de consumo. Portanto, não podemos omitir que as diferenças de renda são explícitas quando nem todas as pessoas têm condições de adquirir automóvel.

Frisamos ainda que, analisando os bens coletivos e privados oferecidos nota-se que estes são mínimos, atendendo apenas às necessidades básicas da população. Por isso, considerando-se a imobilidade imposta realidade de uma minoria, esses poucos serviços devem ser garantidos por ser a única alternativa de consumo dessa parcela da população.

Torna-se então coerente a afirmação de Endlich (2009) que expõe em seu trabalho a importância dos papéis das pequenas cidades diante das diversas situações que impõe a imobilidade. Uma atuação política local que venha minimizar e contrabalançar investimentos e subsídios nesses setores é o meio indispensável para tornar a sociedade mais democrática.

Enfim, apreendemos então, que o trabalho aqui exposto contribuiu tanto com o nosso crescimento pessoal como também com o coletivo que está direta ou indiretamente inserido na realidade pesquisada. Sabemos que o conhecimento é contínuo e que os questionamentos vão surgindo a medida que vamos adentrando o desconhecido.

Neste percurso a meta era buscar respostas e a compreensão das transformações que estão num ritmo acelerado no pacato Distrito de Gardênia. Alguns questionamentos foram contemplados, outros revistos e alguns eram apenas equívocos.

A satisfação proporcionada pela realização deste trabalho se desdobra em outros apontamentos a ele interligados e que nos instigam a prosseguir. Essa busca contínua, vivenciada num trabalho com dimensões geográficas e sociais amplas e com uma multiplicidade de relações, torna-se fundamental um entendimento na esfera educacional.

Propõe-se, assim, para uma futura pesquisa, analisar a função social da educação geográfica, no Ensino Fundamental, Ciclo II, especificamente no 8º ano envolvendo

três sistemas de ensino distintos (municipal, estadual e privado). Em síntese, o foco que conduzirá a almejada pesquisa será o de analisar o papel das propostas curriculares e práticas docentes diante da necessidade de desenvolver o raciocínio geográfico do aluno, para ensiná-lo a pensar sobre o espaço.

Acrescenta-se também analisar como está retratado nesses documentos o significado das refuncionalizações espaciais no território e concomitantemente se as práticas docentes não estão “criando obstáculos que comprometem a formação de gerações que se sucedem e as finalidades efetivas desses processos formativos que garante a constituição da cidadania” (NÓBREGA, 2007, p. 53). E ainda, por outro ângulo, se essas práticas vêm superar os equívocos que comprometem o ensino de geografia, cria obstáculos para a construção do pensamento crítico capaz de compreender a complexidade do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Dulcimar Ferreira dos. **Represa Capivara: Impactos Sócios Ambientais e econômicos no Município de Primeiro de Maio.** UEL (Universidade Estadual de Londrina) Londrina, Paraná. 2008. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1832-8.pdf> Acesso em: 12/04/2012.

_____. **Represa Capivara: Impactos Sócios Ambientais e Econômicos no Município de Primeiro de Maio.** PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional). Londrina-Paraná, 2008.

BECKER, Berta. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo; Carlos, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. da (orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 181-200.

BENEVIDES, Ireleno Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr A. B., org. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERNARDELLI, Mara Lucia F. da H. O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva - SP. In: SPÓSITO, M. E.B. e WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 217-247.

BITON, J. et al.; **Desenvolvimento e cidades no Brasil**. Contribuições para o debate sobre as políticas territoriais/ (orgs.) BITON, J; MRANDA, L. Recife: FASE: Observatório das metrópoles, 2009. p. 1-41.

BRAUN, Edulina Rubira Fernandes. **O turismo como alternativa de renda no município de Rancharia.** (Monografia de Bacharelado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2011.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa; SANTOS, Sarah Maria Monteiro dos. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. **Perspectiva**. Vol. 17. Nº. 3-4. São Paulo jul/dez. 2003.

CASSIA, R.; BARBOSA, A.; DA SILVA, V. Gestão social das políticas públicas nas pequenas cidades. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, num. 194 (9). Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-19>. Acesso em: 02/08/2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) Produção do Espaço Urbano**: o caso de Cotia - SP (Tese de Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas e Tecnológicas, 1986.

_____. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. 1. ed. 1. reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a construção do lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; Carlos, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. da (orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 3. Ed., São Paulo, Hucitec, 2002, p.100-110.

_____. **Introdução à geografia do turismo**. 2. Ed., São Paulo: Roca, 2003.

_____. **Geografias do turismo**: de lugares a pseudo-lugares. André Luiz Sabino, Fabio Silveira Molina, Rodolfo Pereira das Chagas (colaboradores). São Paulo: Roca, 2007.

CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro de. **O lugar do turismo na ciência geográfica**: Contribuições teórico-metodológicas à ação educativa. (Tese de Doutorado em geografia). São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

CIDADES: Revista Científica/ Grupo de Estudos Urbanos- vol.1, n. 1 2004, v. 7, n.11.

COCAL. Comércio Indústria Canaã Açúcar e Alcool Ltda.
http://www.cocal.br/relatório_gestão_da_empresa.pdf Acesso em 01/10/2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed., São Paulo: Ed. Ática, 2005.

COUTINHO, Severino Alves. **Perfil, relações e necessidades**: uma breve análise sobre as cidades pequenas. Geotextos, vol. 7, n. 1, jul. 2011. p. 83-104. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/5270/3781> Acesso em: 12/03/2012.

Emubra. Enciclopédia. Disponível em:
http://www.camarapрудente.sp.gov.br/historia/hist_oeste/cidades/rancharia/agricultura.html,
Acesso em: 14/08/2011.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

_____. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, M. E.B. e WHITACKER, A.M. **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 11-31.

EPIFANIA, Anderson Gomes da. **Encontros e desencontros entre o sagrado e o urbano no município de Candeias-Bahia**. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências. UFBA: Salvador, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini-Aurélio**. Século XXI. Escolar. 4. ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e Pequenas cidades: distinções necessárias. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/2736/273619430006.pdf>. Acesso em: 22/03/2012.

GASPERR. **Conjuntura 97**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio** (apresentação de Antonio Houaiss) 6. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 255 p. (Estudos Brasileiros, v. 24).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional, 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12/12/2011.

_____. **Censo Populacional, 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 28/02/2012.

IGC. Instituto Geográfico Cartográfico do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/municipios_e_distritos.pdf Acesso em: 23/05/2011;

JUANICO, Meliton B. **O desenvolvimento de pequenas cidades no terceiro mundo**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 35 (252), p. 24-35, jan./mar., 1977.

LAMARCHE, Hughes. **Agricultura familiar: comparação internacional** (coord). Tradução: Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

LEÃO, Carla de Souza. **A inserção das pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades da região de governo de Dracena-SP.** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2011. 137 p.

MALTA, Flávio J. N. C. **“Planejamento e gestão do turismo no litoral paulista”.** In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A. CRUZ, Rita de Cássia A. da .(orgs). **Turismo: espaço paisagem e cultura.** 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 2002, pp.201-211.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **A valorização do espaço.** 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1987.

NÓBREGA, Maria Luisa Sardinha de. **Geografia e Educação Infantil: Os croquis de localização- um estudo de caso.** (tese de doutorado em geografia). São Paulo: FFLCH/ USP. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHARIA/SP. Dados históricos. Disponível em: <http://www.rancharia.sp.gov.br/prefeitura/website/secoes/historia.asp>
Acesso em: 02/10/2011.

_____. Dados Geográficos. Disponível em: http://www.rancharia.sp.gov.br/prefeitura/website/secoes/dados_geograficos.as
Acesso em: 02/10/2011.

_____. Plano Diretor. Disponível em: <http://www.rancharia.sp.gov.br/prefeitura/website/secoes/planodiretor/planodiretor.asp>
Acesso em: 02/05/2011.

PROENÇA, Andreia Cristina Barbosa. **Histórico e desenvolvimento socioeconômico de Rancharia.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1996 (Relatório de bolsa PAE).

RIOS, Milagres et al. **Percepção Ambiental no Distrito de Taquaruçu, Município de Palmas (TO):** A relação dos moradores com as transformações da paisagem ao longo da historia local. Caderno Virtual de Turismo, Vol. 10. Num. 1, 2010, pp. 1-14. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil. Acesso em: 25/07/2011 Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/cader.php/caderno/article/view/373/232>.

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. “**O plano diretor da estância de Amparo**”. In: YÁZIGI, E duardo; CARLOS, Ana Fani A. CRUZ, Rita de Cássia A. da. (orgs). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3. Ed.São Paulo: Hucitec, 2002, pp.231-238.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Ed. Hucitec. 1997.

_____. (org.). **Turismo ambiente reflexões e propostas**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. da (orgs). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3. Ed., São Paulo: Hucitec, 2002, pp.55-99.

ROMA, Claudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. (Dissertação de Mestrado em Geografia).Presidente Prudente : UNESP, 2008. 144 p.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 4.ed., São Paulo: Ed. Hucitec.,1996.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SÃO PAULO. Decreto nº 42.325 de 08/10/1997. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados no Município de Presidente Prudente, necessários ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1997/decreto%20n.42.325,%20de%2008.10.1997.htm> Acesso em: 21/09/2011.

SÃO PAULO. Decreto nº 29.733 de 09/03/1989. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados na altura do km 563 + 900,00m da Rodovia SP 270 (trevo de acesso a Presidente Prudente). Trecho: Entroncamento de Rancharia - Presidente Prudente, Trevo, no cruzamento das Rodovias SP 270, SP 425 com o Acesso de Presidente Prudente, necessários ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo.

Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/187029/decreto-29733-89-sao-paulo-sp> Acesso em: 21/09/2011.

SEADE Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>, Acesso em: 02/10/2010.

SILVA, Agda Marcia da. **Dinâmicas em Cidades Pequenas**: Pirapozinho Articulações Internas e Externas(Monografia de Bacharelado em Geografia) - Presidente Prudente : UNESP, 1998.

SILVA FILHO, José Candido. **Iepê, minha amada e querida**/José Candido da Silva Filho, José Candido da Silva Neto, Iepê/SP: Edição dos Autores, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local. In Rodrigues, Adyr A. B., org. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Aplicadas/UFPa; Observatório Comova 2009; 57 p. Il.

VICENTE, Rafael da Ponta. **Mobilidade**: a ordem espacial dos deslocamentos urbanos numa sociedade desigual (Dissertação de Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2011, 186 f.

WHITACHER, Artur Magon. **A Produção do Espaço Urbano em Presidente Prudente**: Expansão/Desdobramento da Área Central. (Monografia de Bacharelado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2009.

YÁZIGI, Eduardo; Carlos, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia da (orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 3. ed., São Paulo, Hucitec, 2002.